



RELATÓRIO E CONTAS DE 2016



FEVEREIRO DE 2017

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO STI	6
3. NOTAS GERAIS	23
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ORÇAMENTO GERAL	30
5. GESTÃO CORRENTE – NOTAS E COMENTÁRIOS	31
6. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA GESTÃO CORRENTE	50
7. FUNDO DE AÇÃO SOCIAL – NOTAS E COMENTÁRIOS	54
8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL	63
9. FUNDO DE GREVE	64
10. MAPAS CONTABILÍSTICOS:	
10.1. BALANÇO	68
10.1. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	70
11. INFORMAÇÃO LEGAL	71
12. PARECER DO CONSELHO FISCAL	73



INTRODUÇÃO

Depois dos “anos de chumbo” do chamado ajustamento, que, sabemos agora, foi quase exclusivamente efetuado á custa dos Pensionistas e dos Trabalhadores, iniciou-se, embora timidamente e esperamos que definitivamente, a retoma da “normalidade”.

No que aos Trabalhadores dos Impostos diz respeito, o ano de 2016 fica marcado pelo regresso á mesa das negociações e por, de novo, haver um interlocutor que tem consciência da importância deste setor para o País e do papel fundamental que os Recursos Humanos têm para que esta organização não defraude as expetativas que sobre ela recaem.

Foi no ano de 2016 que, por exemplo:

- Foi decidido retomar a avaliação permanente, quer na AT, quer na AT-RAM;
- Foi regularizada a situação dos Trabalhadores da AT cujos descontos para a CGA estavam a ser recusados quer por esta entidade, quer pela Segurança Social;
- Foi regularizada a situação dos Trabalhadores da AT que não recebiam nem FET, nem FEA;

- Foi negociado uma proposta pontual de alteração ao DL 557/99 (publicada já em 2017) que permitiu:

- Alargar a base de recrutamento para os cargos de Chefia Tributária aos TATA's nível 3;
- Tornar o quadro dos Serviços de Finanças global para TATA's e TAT's, permitindo finalmente que os TAT's colocados em Serviços de Finanças possam pedir transferência para outro Serviço de Finanças e das Direções para estes;
- Alterar a formula de apuramento da nota final dos estágios, medida que se aplicou já ao estágio a decorrer para ITE's.

A alteração aprovada ficou, como todos bem sabemos, aquém daquilo que o STI preconizava, mas, não deixam de ser importantes as alterações já consignadas na lei, que permitiram resolver algumas reivindicações antigas do STI. Algumas destas alterações são muito importantes para o processo de revisão das carreiras que se está neste momento a iniciar. O reconhecimento de que os quadros dos Serviços de Finanças tanto podem ser ocupados por TATA's e por TAT's, ou que a categoria de TATA é base de recrutamento para os cargos de chefia tributária, são disso exemplo.

- A abertura de concurso para TATA's, que há muito vimos reivindicando e que peca por ser tardia e por serem insuficientes, na nossa opinião, o número de vagas (120), na nossa perspetiva este concurso não vem resolver de forma nenhuma a falta de pessoal por todos sentida.

As situações acima referidas são só exemplos de situações que foi possível resolver em diálogo e concertação. Não temos qualquer dúvida em afirmar, para o melhor e para o pior, que foi a intervenção *exclusiva* do STI que permitiu a resolução destas questões. Qualquer tentativa de outros de reivindicar para si a resolução destas questões não pode deixar de ser classificada como falsa.

Mas, muito está por fazer, temos o futuro para construir. Temos de estar á altura dos desafios que temos pela frente em 2017. A negociação da reestruturação de carreiras, a concretização da avaliação permanente, a rápida conclusão do estágio para ITE's, são disso exemplos. É também necessário a abertura de concursos nomeadamente para as categorias cuja progressão não depende da avaliação permanente, sem querermos ser exaustivos é necessário abrir concurso para TATP e ITP, bem como

para TAT, para que os TATA's nível 3 possam progredir na carreira. Alguém ainda se consegue lembrar há quantos anos foi o último concurso a que estes colegas puderam ser opositores, pois, foi há mais de 16 anos!

Tal como em outras ocasiões já afirmámos, e apesar da estagnação de carreiras dos últimos anos, ter afetado todos, alguns de entre nós merecem uma atenção especial, referimo-nos aos TATA's nível 1 e aos colegas das carreiras gerais que, em muitos casos exercem funções técnicas. Sem divisionismos, com a consciência plena que todos temos razões para estar desmotivados, não podemos deixar de exigir que lhes seja feita justiça.

STI – TÃO FORTE QUANTO TU QUISERES!

Lisboa, 28 de fevereiro de 2017

**TÃO FORTE
QUANTO QUISERES**
O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

A Direção Nacional



www.stimpostos.pt



TÃO FORTE QUANTO QUISERES

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO STI

www.stimpostos.pt

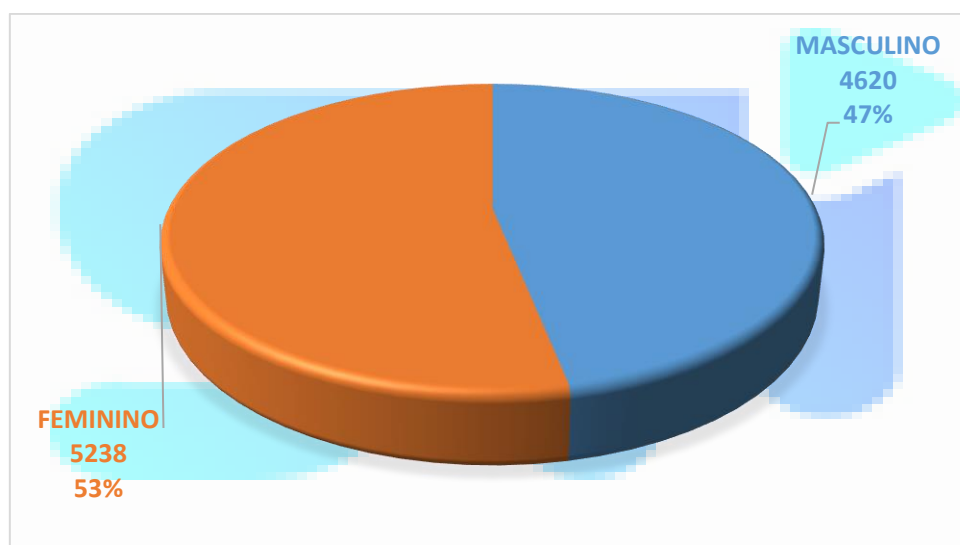
BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS SÓCIOS

À semelhança do efetuado no Relatório e Contas de 2015, vamos, de novo, nas páginas seguintes, fazer o “retrato” do STI em números. Destacaremos alguns aspetos que nos parece poderão ajudar a perceber o que é hoje o STI, contudo, este ano, face a algumas observações que foram efetuadas, apresentamos os resultados não em termos percentuais, mas em valores absolutos. Temos consciência que, ao contrário de outras associações, nos estamos a expor, mas a verdade é que também nada temos a temer ou a esconder, e a transparência é, em democracia, sempre o caminho certo.

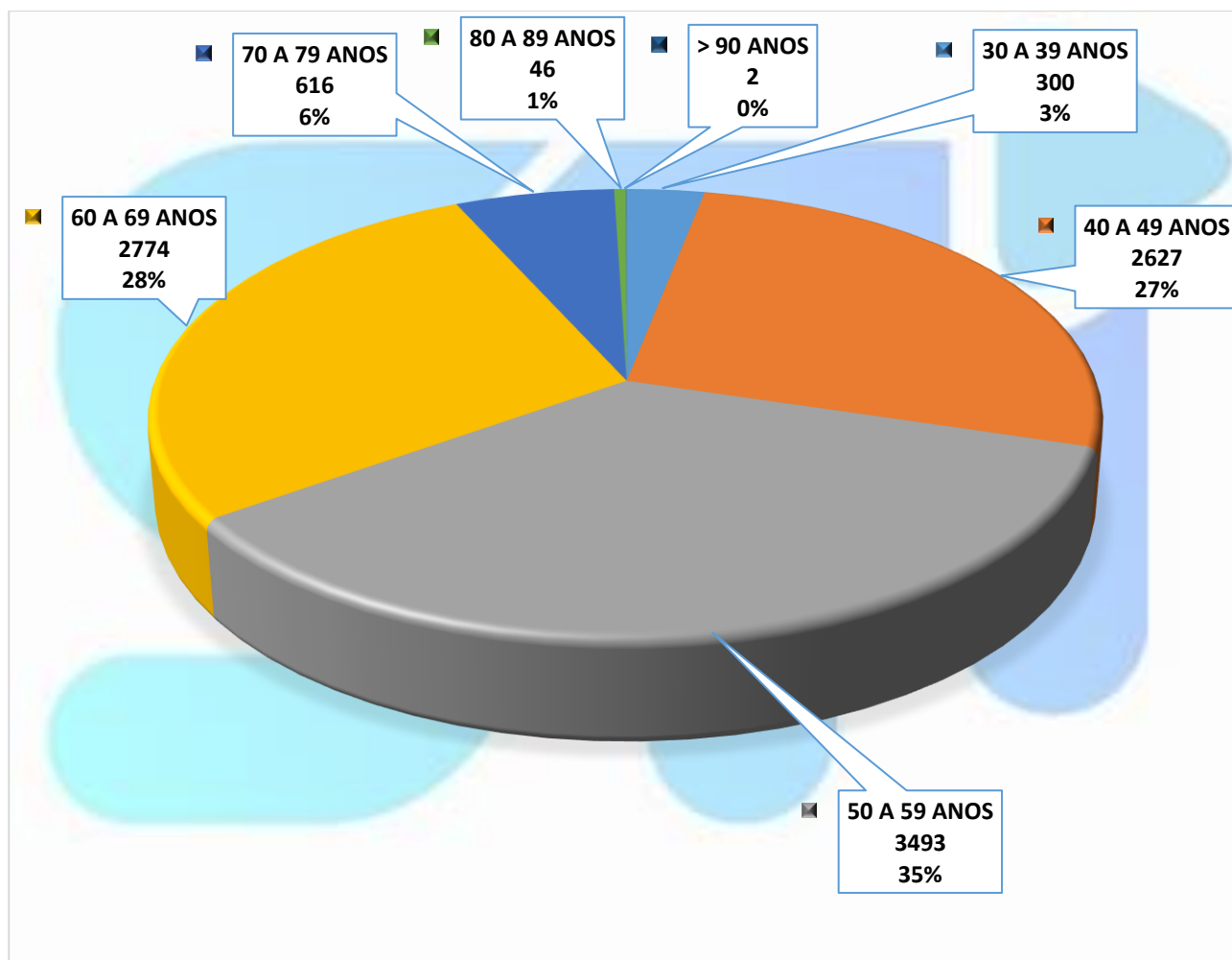
A frieza dos números, contudo, não consegue por si só, demonstrar a força de uma estrutura sindical independente, mas que apesar disso e quem sabe talvez por isso mesmo, se consegue afirmar no panorama sindical português, sendo hoje, sem sombra para dúvidas, uma organização respeitada por todos, quer no meio sindical, quer fora dele.

O STI, conta atualmente com 9858 Sócios, distribuídos por 40 Direções de Serviços ou equivalentes nos serviços centrais da AT, 21 direções de finanças, 15 alfândegas, 342 serviços de finanças, 16 delegações aduaneiras e 10 postos aduaneiros, o que faz com que seja o único sindicato representativo dos 11.000 trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira.

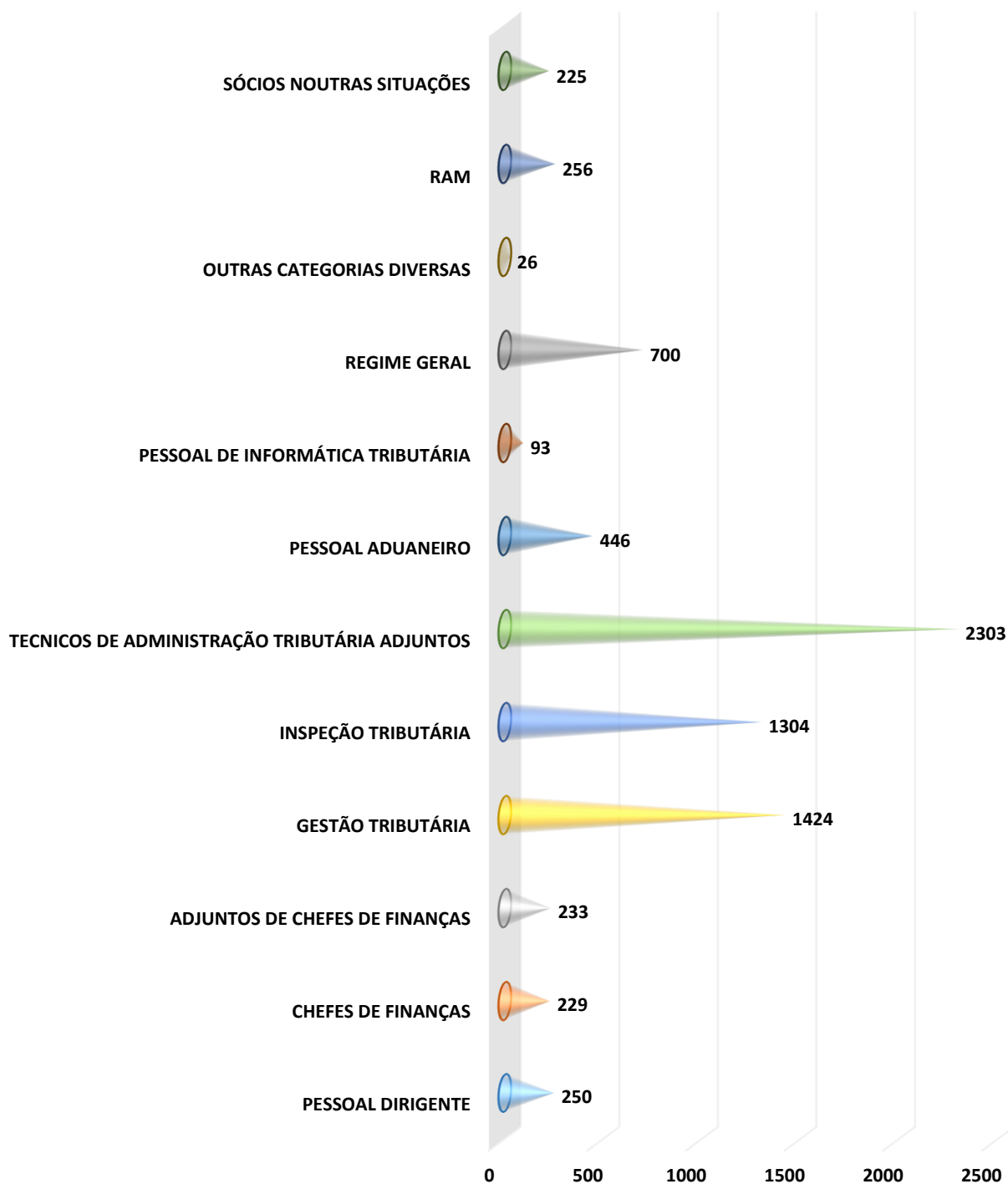
SÓCIOS POR GÉNERO



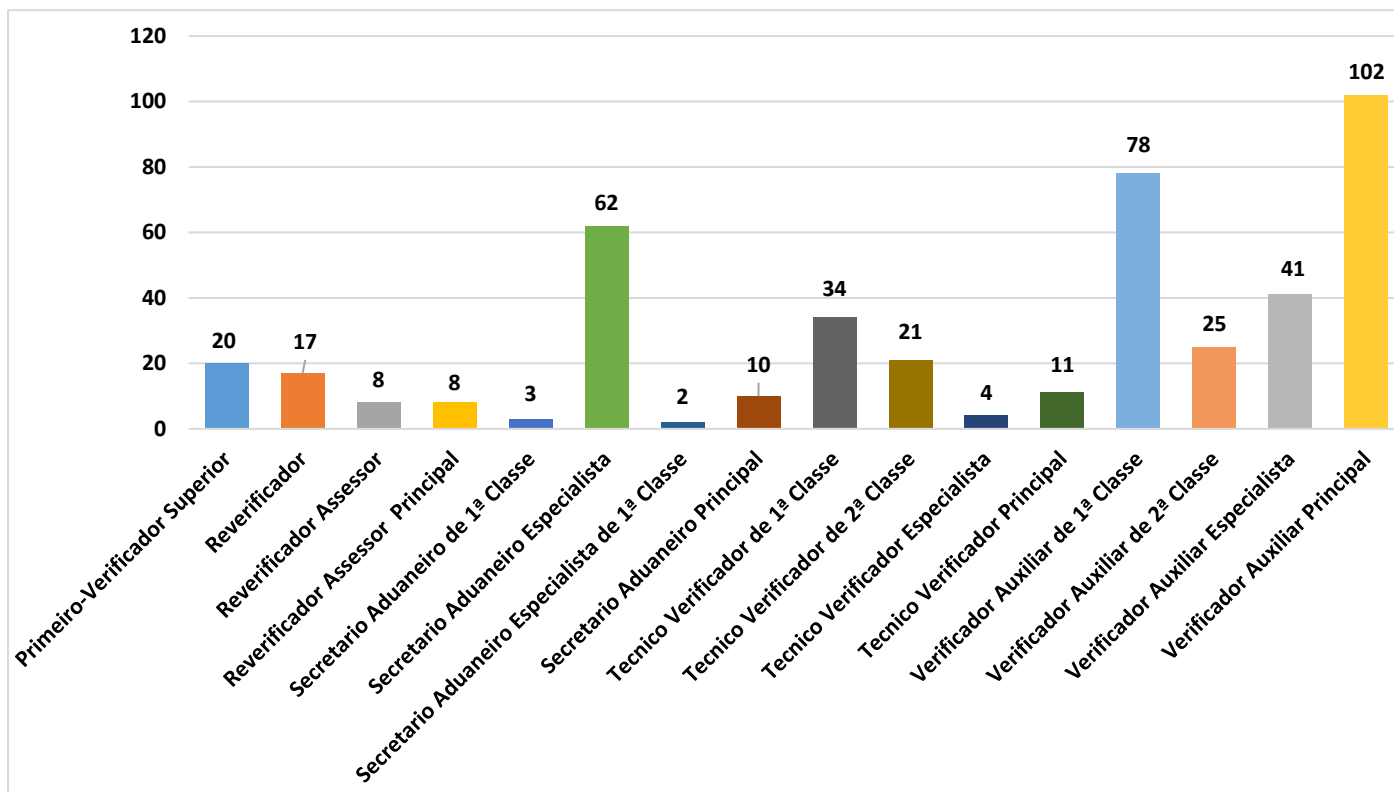
ESTRUTURA ETÁRIA



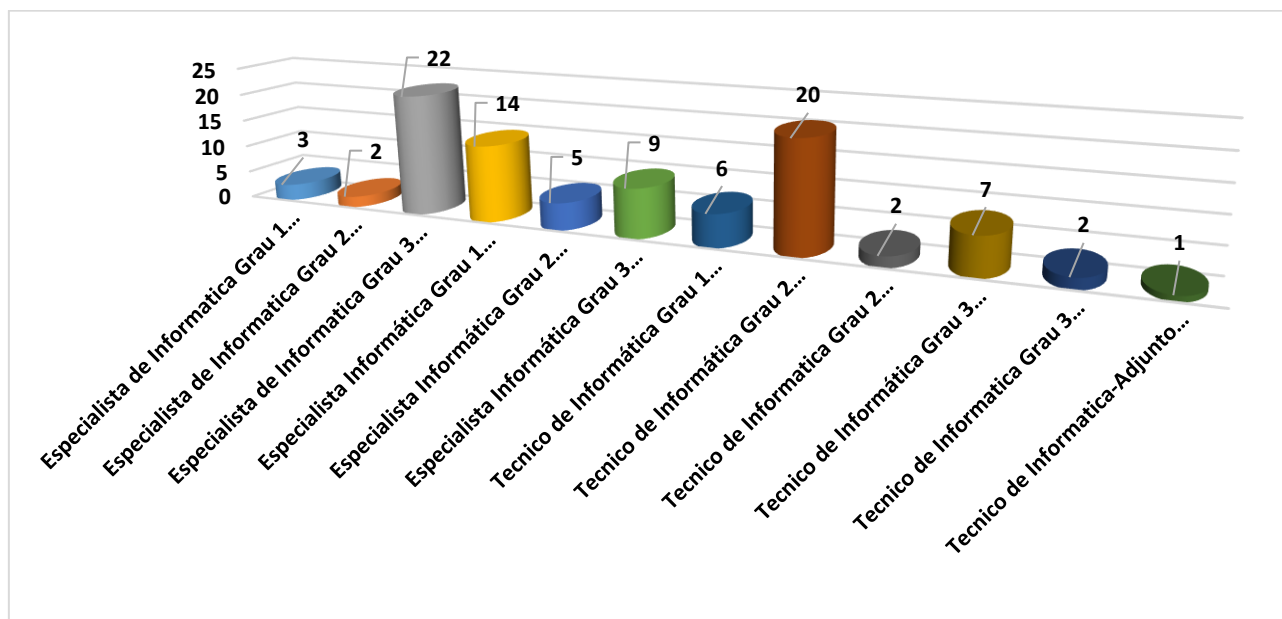
SÓCIOS ATIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS



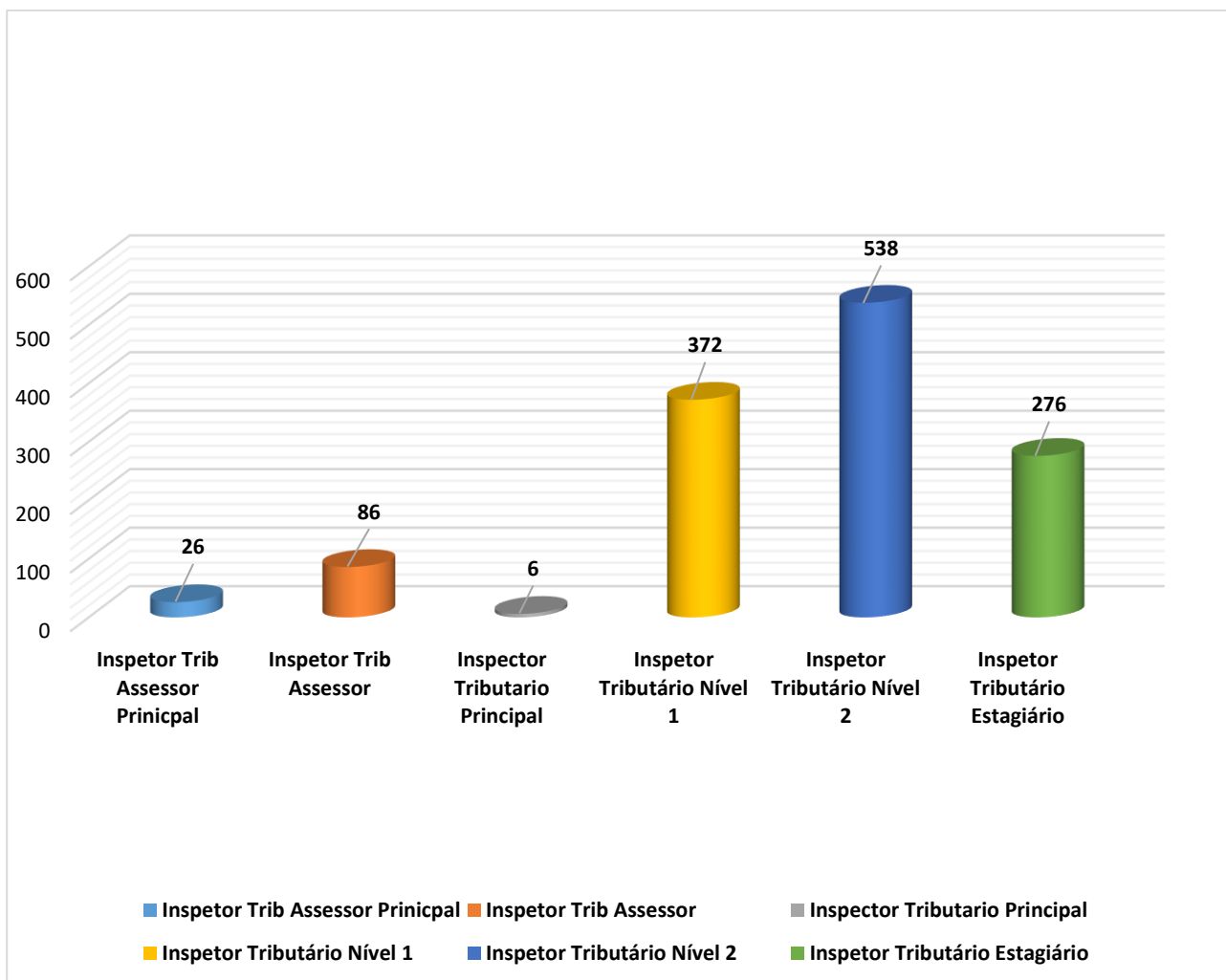
DETALHE DO GRUPO DE SÓCIOS DA EX-DGAIEC



DETALHE DO GRUPO DE SÓCIOS DA EX-DGITA

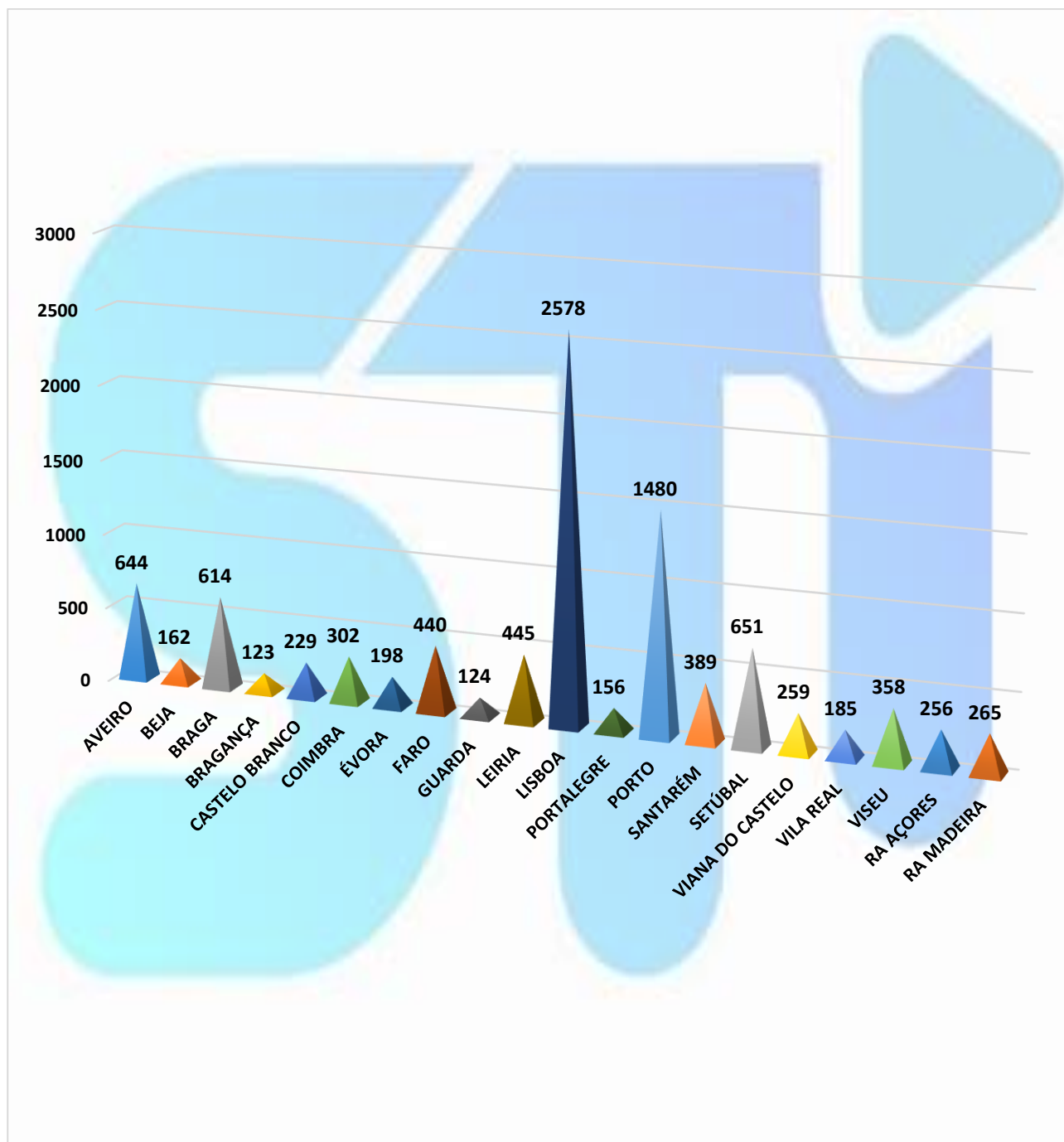


DETALHE DO GRUPO DA INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA

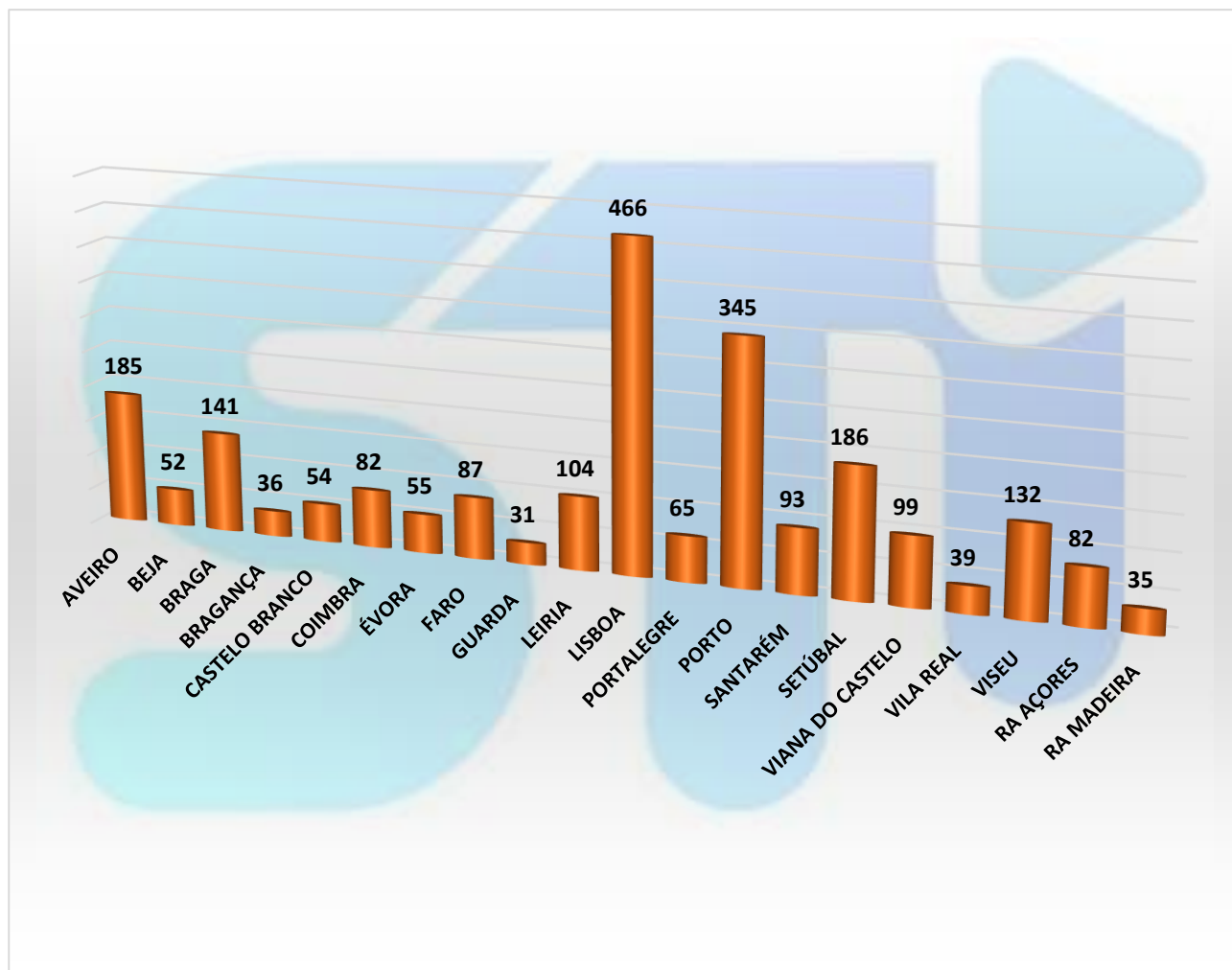


Dos 876 ITE's que constam da lista final homologada por despacho da Sra. Diretora Geral, 678 são Sócios do STI – 77,4% -. Destes só estão como ITE's e portanto incluídos no item Inspeção Tributária 276. Os restantes – 402 – já eram Trabalhadores da AT e estão incluídos nos grupos de pessoal das categorias de origem.

SÓCIOS POR DISTRITO / REGIÃO



SÓCIOS APOSENTADOS POR DISTRITO / REGIÃO

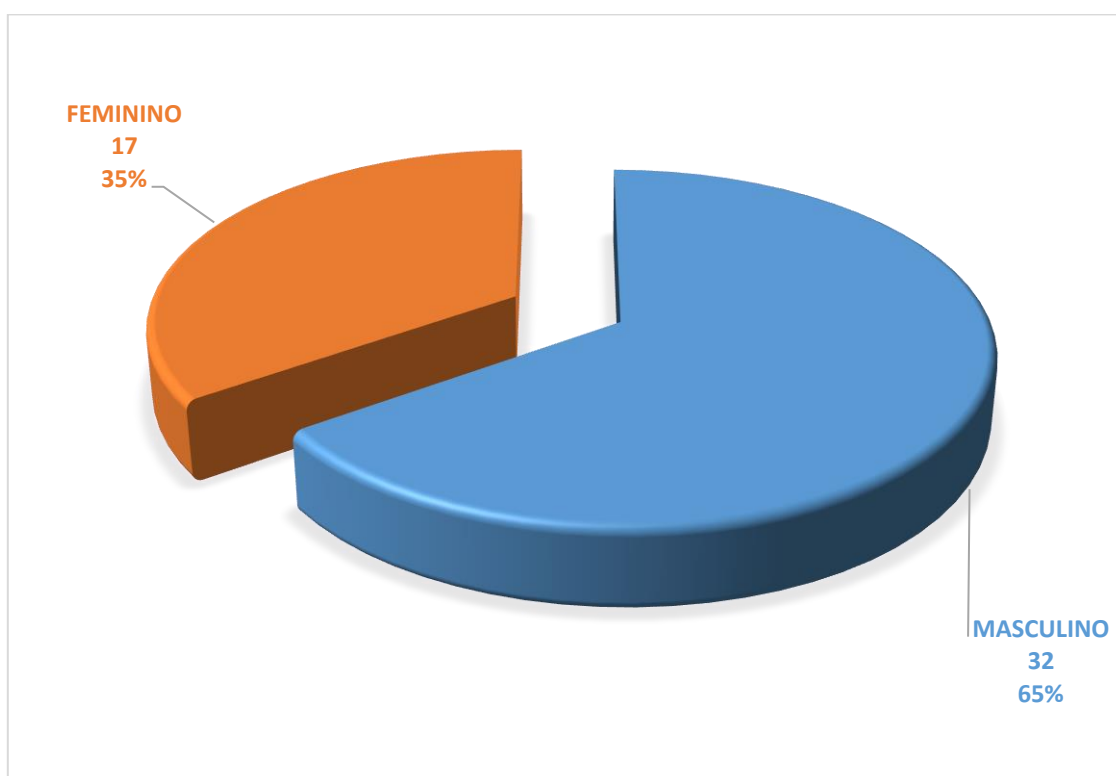


Para além da caracterização dos Sócios iremos de seguida, e em relação aos mesmos aspetos analisados para os Sócios, fazer a caracterização dos Órgãos Executivos Nacionais, Distritais / Regionais e locais.

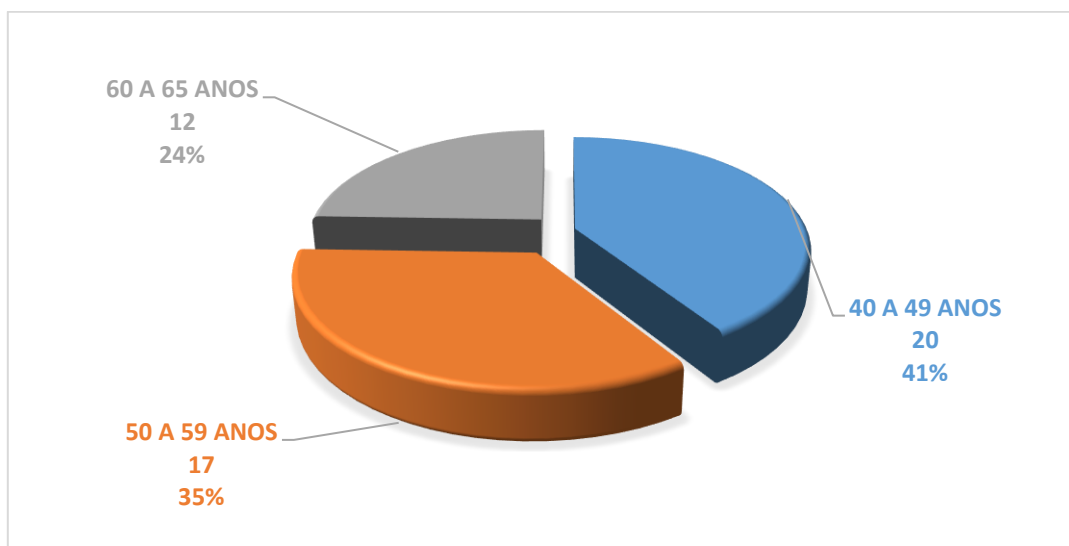
BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS EXECUTIVOS NACIONAIS

(Direção Nacional, Conselho Fiscal, Mesa Coordenadora, Conselho de Disciplina e Comissão Nacional)

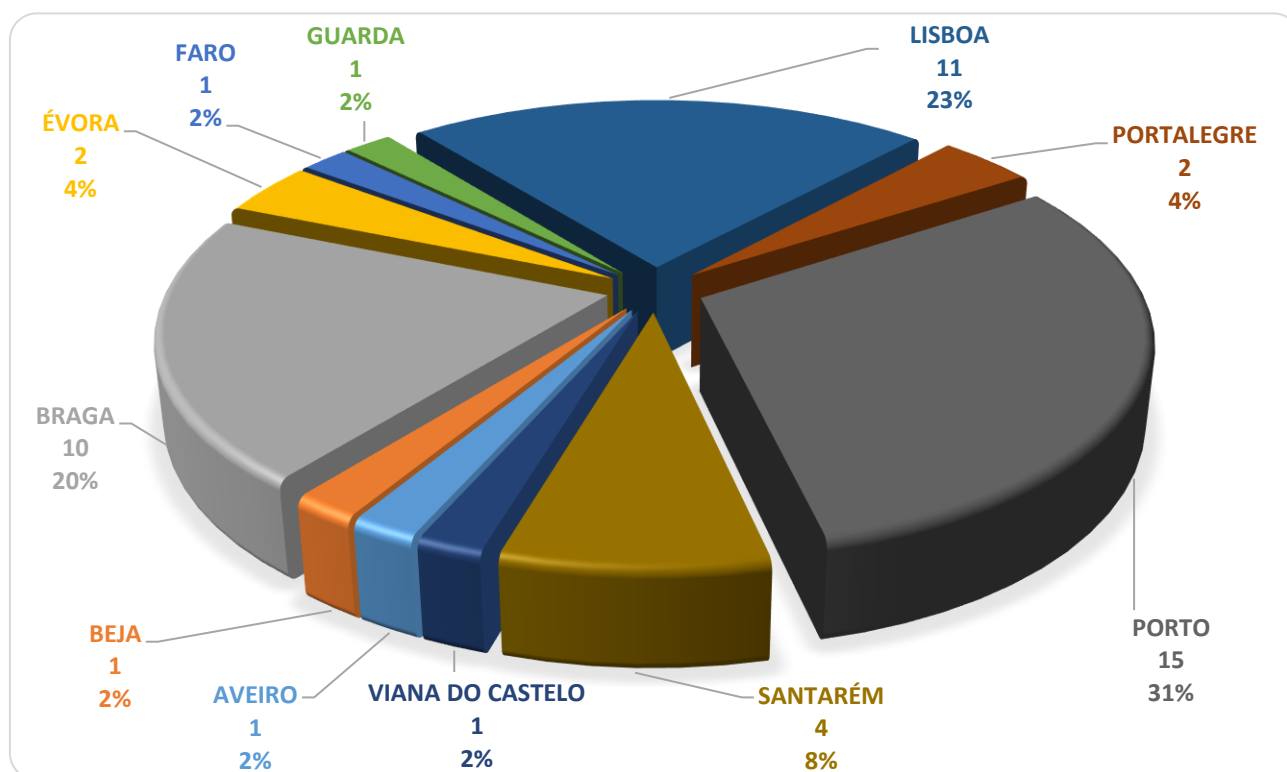
POR GÉNERO



POR ESTRUTURA ETÁRIA



POR DISTRITO / REGIÃO



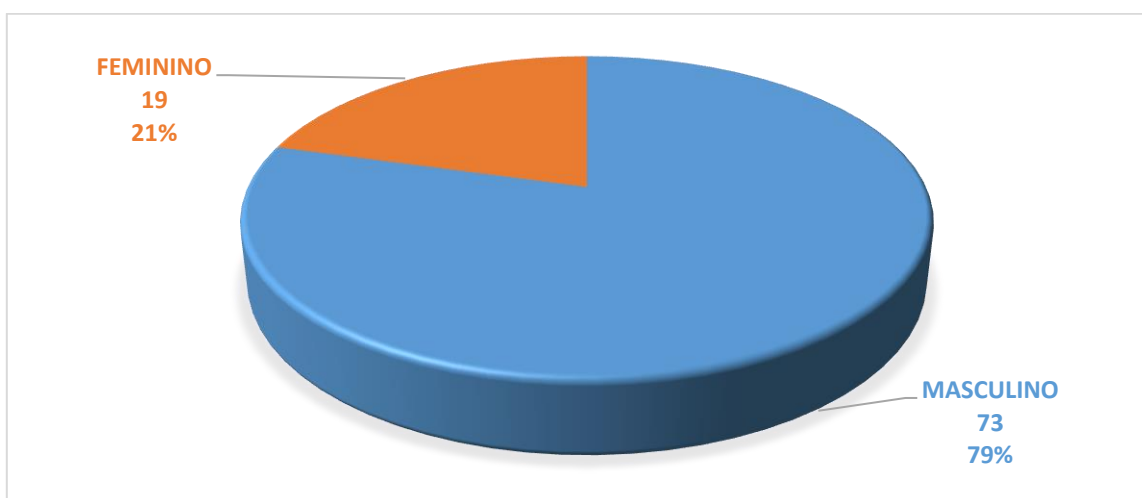
POR SITUAÇÃO FUNCIONAL



BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS EXECUTIVOS DISTRITAIS / REGIONAIS

(Direções Distritais e Direções Regionais)

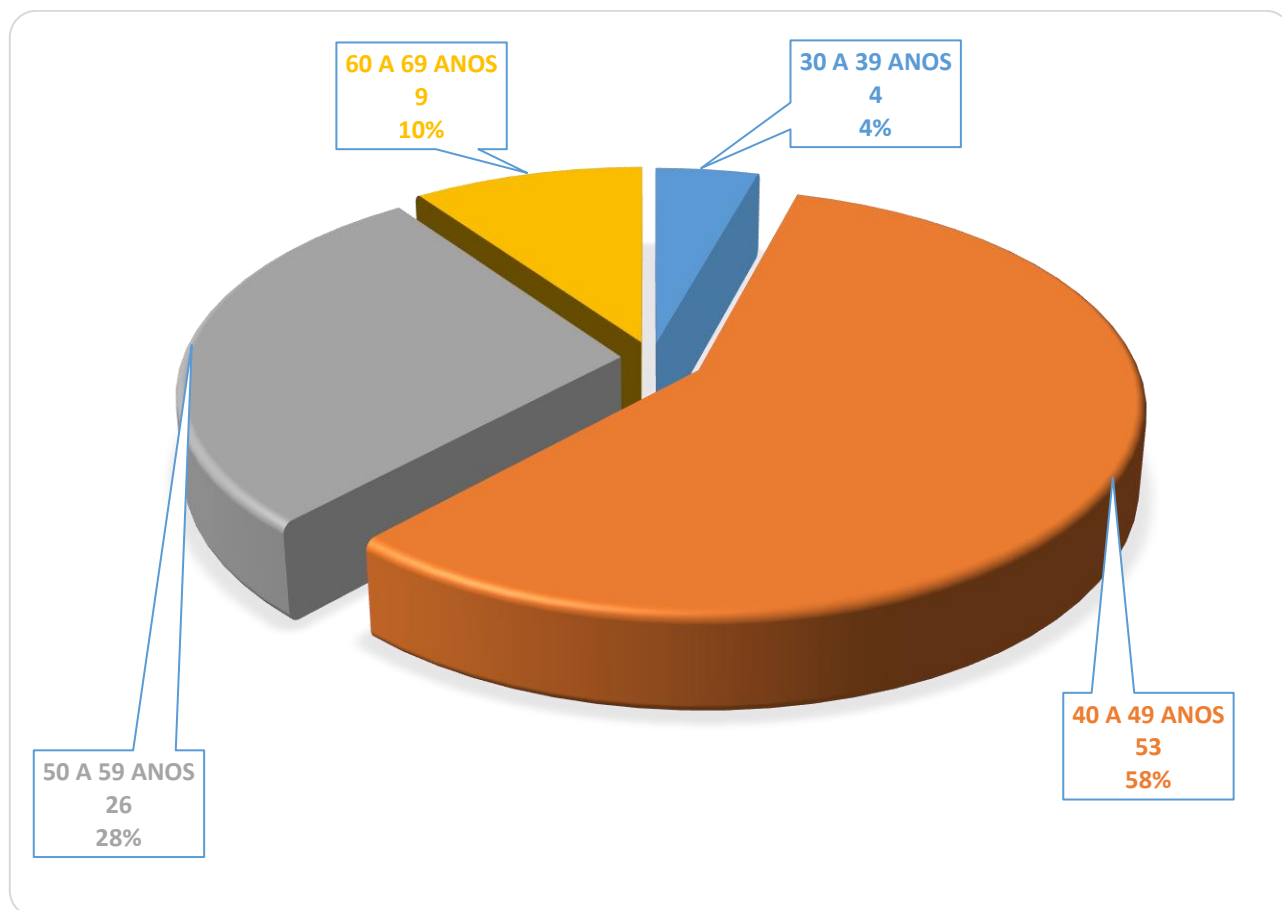
POR GÉNERO



POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

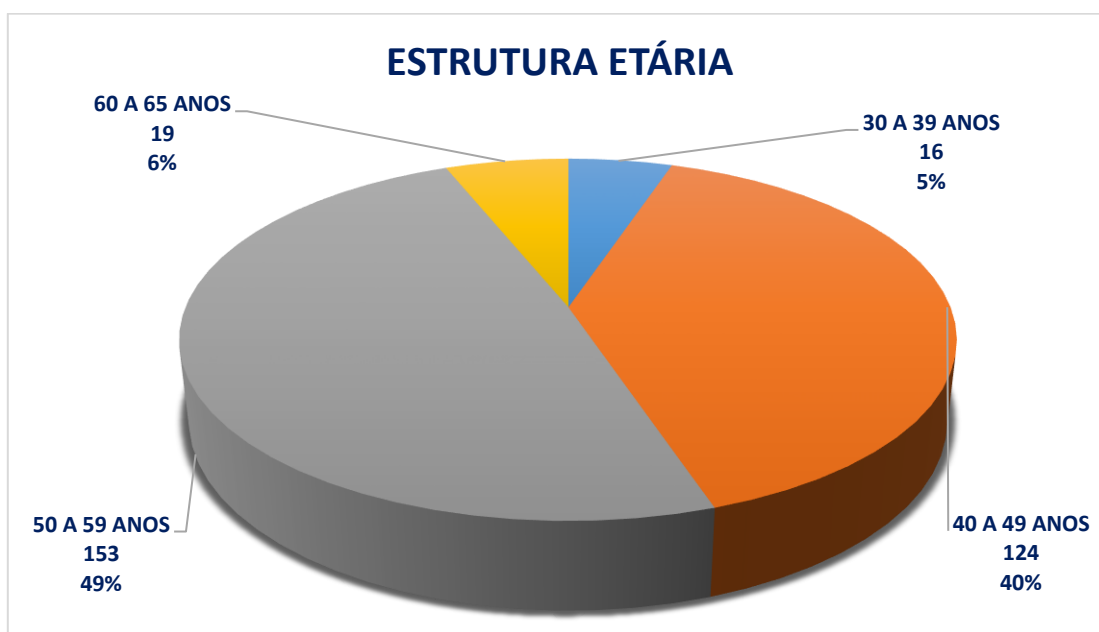


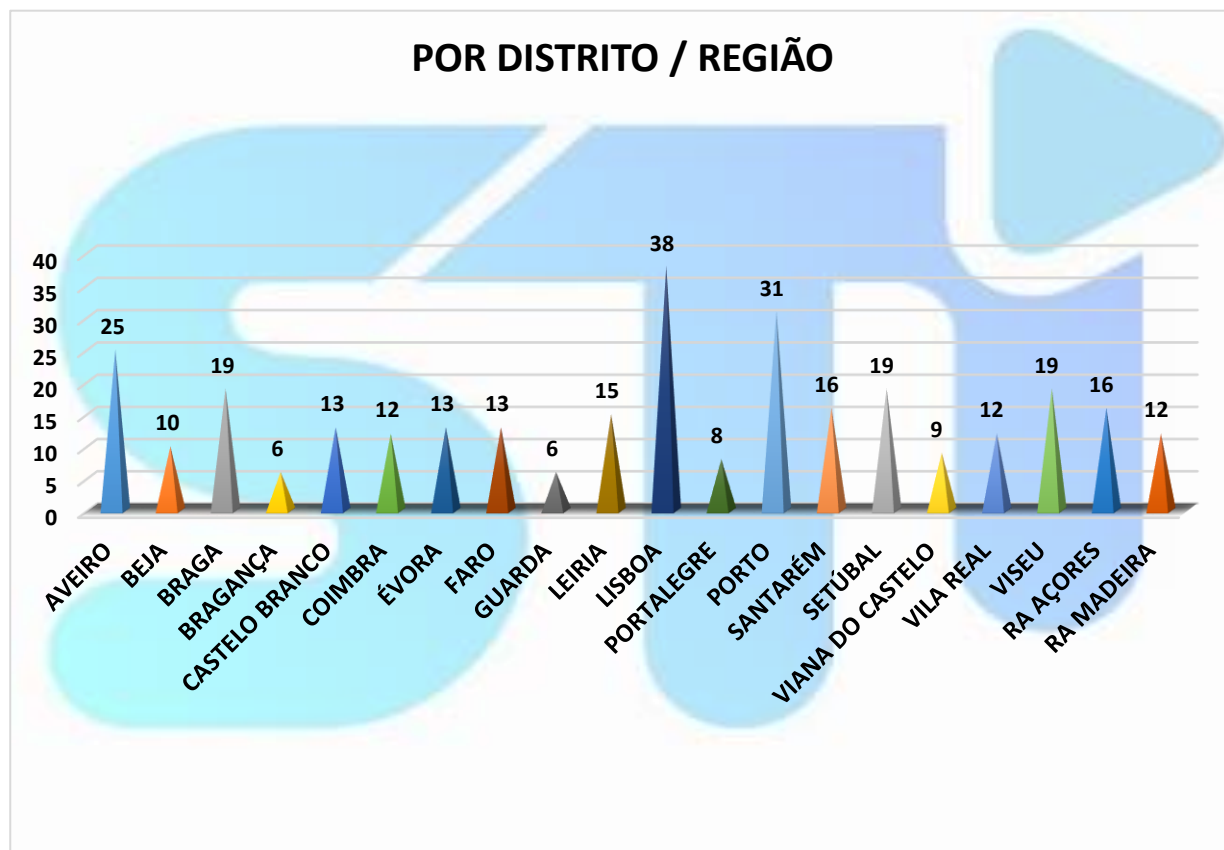
POR ESTRUTURA ETÁRIA



BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS DELEGADOS SINDICAIS

Também analisamos, nos mesmos aspetos em que o fizemos em relação aos sócios, os Delegados Sindicais.





Cada um, face aos dados das páginas precedentes, tirará as suas conclusões, o objetivo foi o de fornecer elementos de reflexão e análise. Contudo iremos destacar alguns aspetos que nos parecem merecer uma reflexão em especial:

1. PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA VIDA SINDICAL

Apesar de 53% dos sócios do STI serem mulheres, só 35% integram Órgãos Nacionais, 21% Órgãos Distritais e Regionais e 38% são Delegadas Sindicais. Há portanto um deficit de participação feminina na vida sindical que urge, na nossa opinião, contrariar.

2. ESTRUTURA ETÁRIA

Também aqui, parece-nos, devemos, todos os que temos responsabilidades no STI a vários níveis, estimular a participação dos mais novos na vida sindical. É necessário formar quadros, quadros jovens que possam assegurar a continuidade deste projeto que já faz 40 anos e que se tem revelado fundamental para os Trabalhadores da AT.

INSCRIÇÕES / ANULAÇÕES

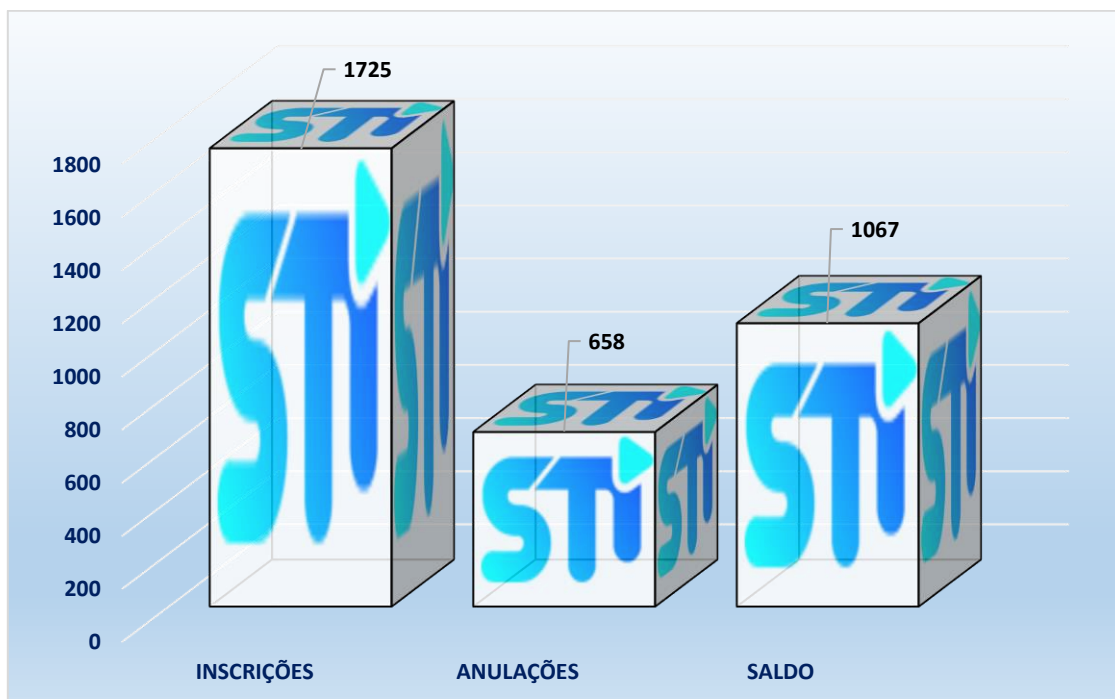
Neste quadro comparamos as inscrições com as anulações nos últimos 5 anos. Falamos em anulações e não em desistências porque nestas estão incluídas para além das desistências propriamente ditas, os sócios que faleceram, os que deixaram a AT, por rescisão, ou por licença sem vencimento, etc.

Tal como afirmámos já anteriormente, podemos e temos ainda margem para crescer, apesar da posição dominante que temos na AT.

INSCRIÇÕES - ANULAÇÕES EM 2016



INSCRIÇÕES - ANULAÇÕES 2012 / 2016



Contra tudo e contra todos, ninguém, apesar das campanhas negativas contra o STI, tem ameaçado a nossa posição dominante.

Esta situação, que obviamente nos enche de orgulho, só nos acarreta mais responsabilidade. A responsabilidade de não pudermos defraudar as expectativas de todos os que no STI depositam a sua confiança.



TÃO FORTE QUANTO QUISERES

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

GERAL

www.stimpostos.pt

ORÇAMENTO GERAL

Orçamentado	1.987.939,87 €
Execução	2.100.948,24 €
%	106 %

As quotizações globais em 2016 ascenderam a **2.100.948,24 €**.

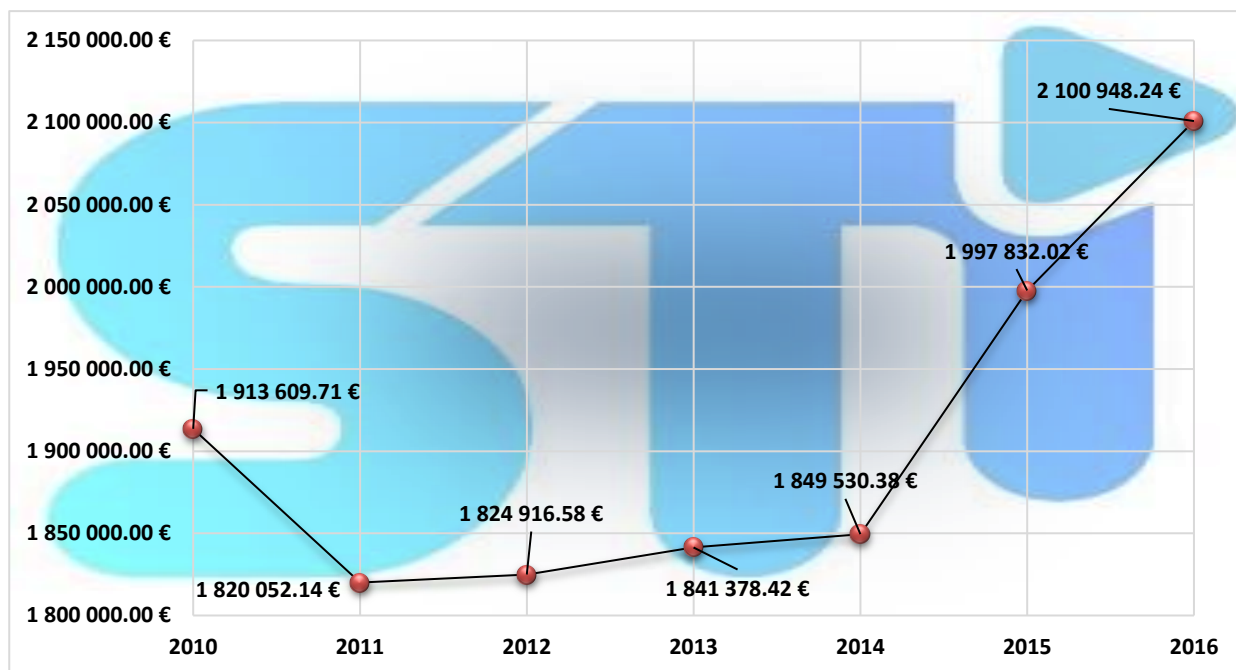
O ano de 2016 é assim um ano record na arrecadação de quotizações, apesar de se terem mantido os cortes salariais nos vencimentos superiores a 1.500,00 €, até outubro de 2016.

Claramente esta recuperação foi possível face ao crescimento líquido do número de sócios, contrariando assim o STI a tendência geral do sindicalismo de diminuição do número de associados.

O valor das quotas é imputado à **Gestão Corrente**, **Fundo de Ação Social** e **Fundo de Greve** com base na chave de repartição determinada no orçamento. No ano de 2016, a chave de repartição das quotizações foi, nos termos da alínea d) do Art.º 50.º dos Estatutos:

<u>GESTÃO CORRENTE</u>	<u>58%</u>
<u>FUNDO DE AÇÃO SOCIAL</u>	<u>37%</u>
<u>FUNDO DE GREVE</u>	<u>5%</u>

EVOLUÇÃO DAS QUOTIZAÇÕES



Mais do que qualquer comentário, o gráfico supra demonstra bem a evolução das quotizações durante os últimos seis anos.

Não podemos esquecer que estes seis anos, ou seja, de 2010 a 2016, foram/são os anos dos cortes salariais. No fundo e em rigor só as quotizações do ano de 2017 se poderão comparar com as de 2010, último ano sem cortes salariais e com aumento real dos vencimentos, pois em 2016, só a partir de outubro os vencimentos voltaram a ser os mesmos de 2010.

Contudo e apesar do antes referido, as quotizações cresceram, relativamente a 2010, praticamente 10% (9,79%).

ESTRUTURA DA DESPESA

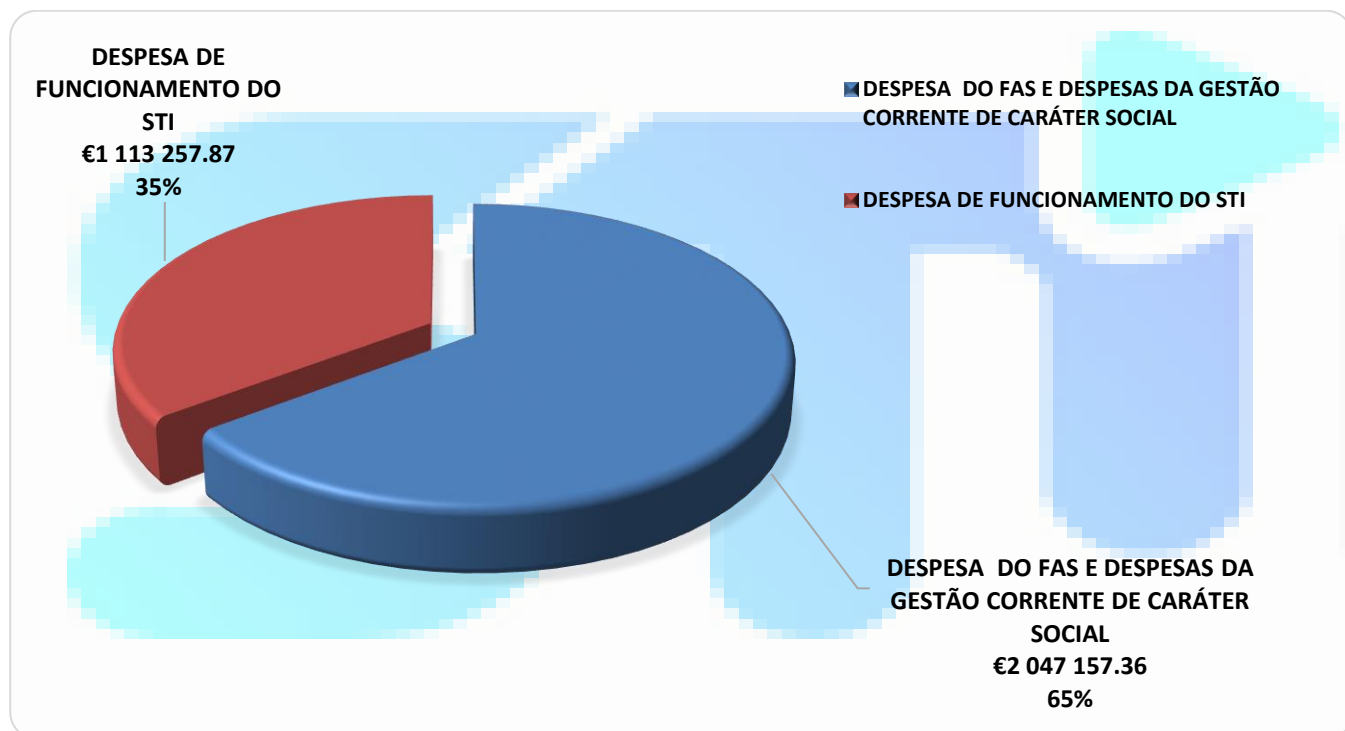
As despesas totais do STI, excluindo o Fundo de Greve, totalizam 3.160.415,23 €. Destas 1.932.561,72 € são despesas do Fundo de Ação Social.

Se a este último valor – 1.932.561,72 € - juntarmos as despesas do Orçamento da Gestão Corrente que se destinam a apoio direto aos sócios (Comparticipação na aquisição de livros técnicos e outro material de carácter técnico profissional; as iniciativas de carácter social/lúdico – Encontros de Trabalhadores; e as ações de formação) as despesas de carácter social passam a representar 65 % do total da despesa.

Assim, a despesa com o funcionamento do STI e dos seus órgãos representa 35 % da despesa total do STI.

Podemos assim afirmar que 65 % da despesa do STI tem carácter social e de retorno aos sócios através dos diferentes serviços que o STI lhes presta.

Aliás, também não podemos deixar de destacar que foi no mandato que esta apresentação de contas encerra que as transferências para o Fundo de Ação Social subiu de 35 % para 37 % das quotizações, reduzindo assim a percentagem afeta à Gestão Corrente na mesma proporção.



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

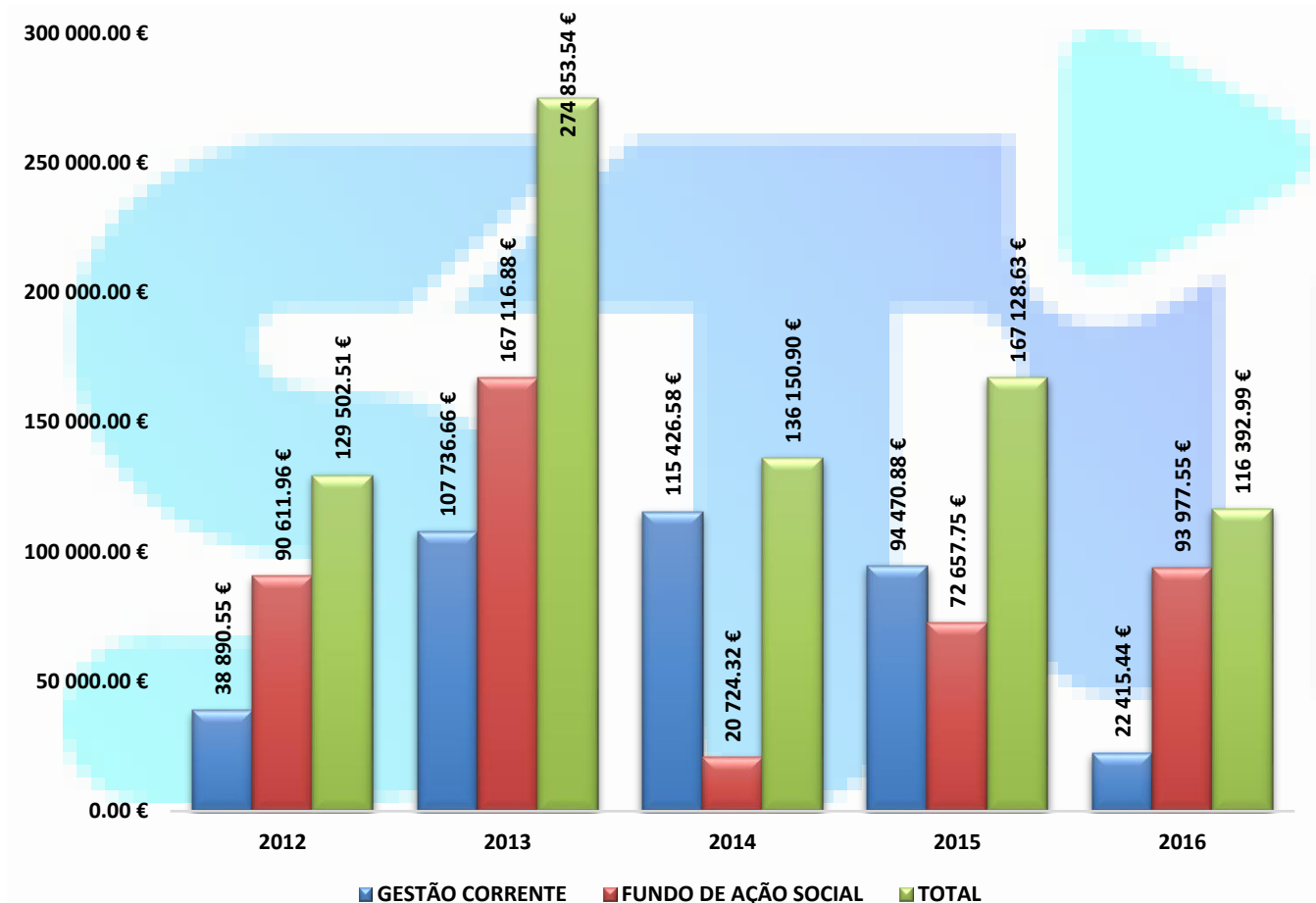
O **ativo fixo** ou **ativo imobilizado** é formado pelo conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades do STI, sendo caracterizados por apresentar-se na forma tangível (edifícios, máquinas, etc.). São, portanto, bens que não há intenção de vender a curto prazo ou que dificilmente podem ser convertidos imediatamente em dinheiro. Têm, pois, um caráter de permanência.

Os bens patrominiais do STI cresceram entre 2012 e 2016, 10,3 % atingindo hoje já mais de dois milhões e cem mil euros:



SALDO ORÇAMENTAL

SALDO ORÇAMENTAL – COMPARAÇÃO – 2012 / 2016



- ✓ Na gestão corrente, a execução orçamental saldou-se por um saldo positivo de 22.415,44€.
- ✓ No FAS, a execução orçamental saldou-se por um saldo positivo de 93.977,55 €.
- ✓ O saldo orçamental global, é assim de 116.392,99 €.

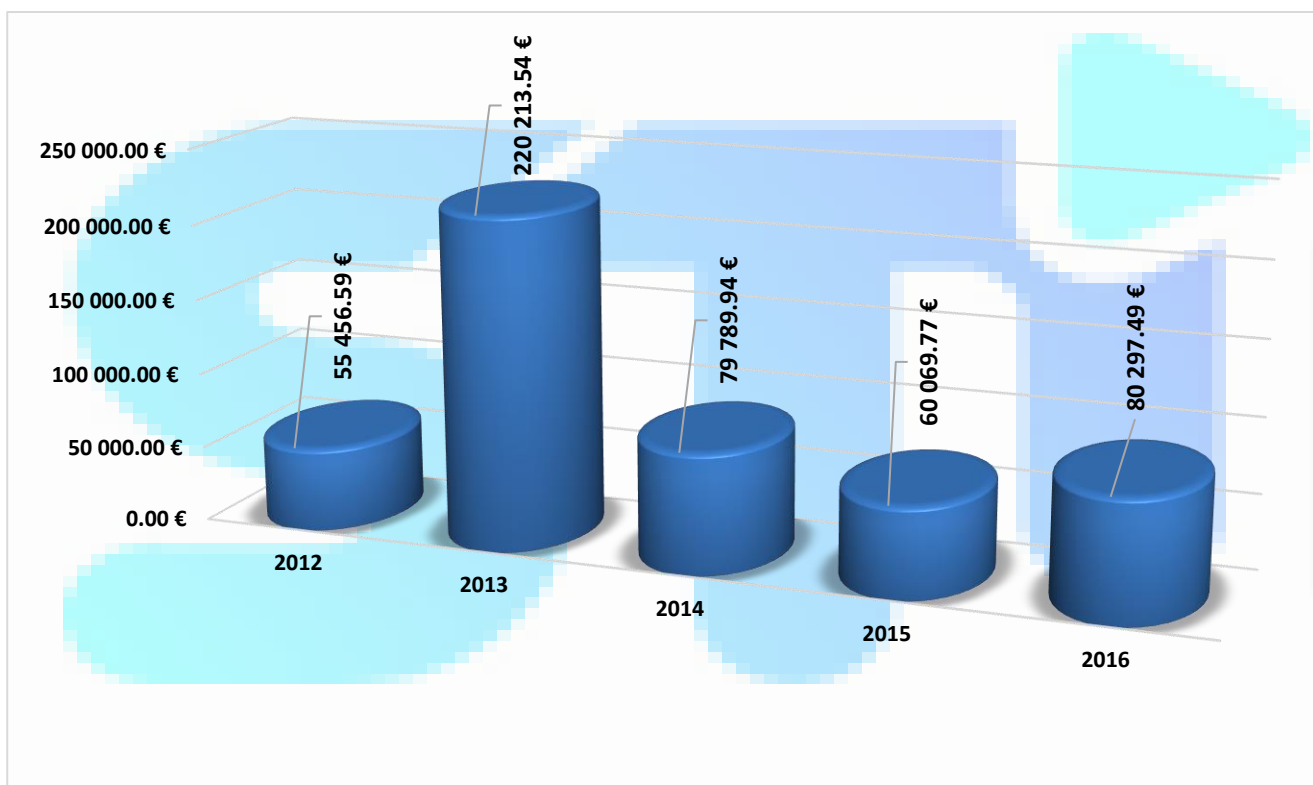
RESULTADOS LIQUIDOS

O STI tinha até dezembro de 2014 duas contabilidades completamente autónomas (Gestão Corrente e Fundo de Ação Social), por recomendação do Conselho Fiscal foi, em 2015, efetuada a fusão das contabilidades numa única.

Face a esta alteração não é, desde 2015, possível autonomizar os resultados pelo que neste gráfico optámos por agregar os saldos contabilísticos de 2012 a 2014 para permitir a comparação com os anos seguintes.

- ✓ O resultado líquido do exercício (Gestão Corrente e FAS) no ano de 2016, foi de 80.297,49 €.

RESULTADOS LIQUIDOS DO EXERCICIO - 2012 / 2016



ORÇAMENTO GERAL - 2016



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO DE 2016	%	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
-----------	-------------------	---	----------	------------

RECEITAS

Gerais

Quotizações	1 987 939.87 €	100%	2 100 948.24 €	106%
Gestão Corrente	1 153 005.12 €	58%	1 218 549.98 €	106%
FAS	735 537.75 €	37%	777 350.85 €	106%
Fundo De Greve	99 396.99 €	5%	105 047.41 €	106%

Próprias

Gestão Corrente	53 000.00 €		31 718.97 €	60%
Fundo de Acção Social	1 096 158.93 €		1 249 188.42 €	114%

TOTAL	3 137 098.80 €		3 381 855.63 €	108%
--------------	-----------------------	--	-----------------------	-------------

DESPESAS

Gestão Corrente	1 206 005.12 €		1 227 853.51 €	102%
Fundo de Acção Social	1 754 679.88 €		1 932 561.72 €	110%
Fundo de Greve	99 396.99 €		105 047.41 €	106%

TOTAL	3 060 081.99 €		3 265 462.64 €	107%
--------------	-----------------------	--	-----------------------	-------------

SALDO	77 016.81 €		116 392.99 €	151%
--------------	--------------------	--	---------------------	-------------



TÃO FORTE QUANTO QUISERES

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

GESTÃO CORRENTE

www.stimpostos.pt

RELATÓRIO E CONTAS - 2016

GESTÃO CORRENTE

RENDIMENTOS

RECEITAS	
Orçamentado	1.206.005,12 €
Execução	1.250.268,95 €
%	104 %

Os rendimentos obtidos em 2016 no âmbito da Gestão Corrente, ascenderam a 1.250.268,95 €, sendo que destes, 97,46 % - 1.218.549,98 € - são relativos a quotizações dos Sócios.

Os restantes 2,54 %, dizem respeito a:

1. Juros de Depósitos à ordem:

JUROS DEPÓSITOS À ORDEM	
Orçamentado	3.000,00 €
Execução	225,37 €
%	8 %

A Caixa Geral de Depósitos deixou de remunerar as contas de depósitos à ordem, assim os juros aqui considerados são da conta de depósitos à ordem até à data em que deixaram de remunerar estas contas.

2. Outros rendimentos suplementares

OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	
Orçamentado	50.000,00 €
Execução	31.493,60 €
%	62,98 %

Na rubrica “OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES” está contabilizado:

OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	
Juros de Depósitos a Prazo	2.268,75 €
Ação Judicial	2.750,00 €
Comparticipação João Mata	9.225,00 €
Outras receitas das DD's / DR's	17.249,85 €
TOTAL	31.493,60 €

A taxa de juro dos depósitos a prazo, rondou em 2016, os 0%. Nos depósitos que se venceram a taxa mais elevada que se conseguiu foi de 0,1%.

Na rubrica “OUTRAS RECEITAS DAS DD's / DR's” está contabilizado:

OUTRAS RECEITAS DAS DD's / DR's	
BRAGA	2.876,95 €
CASTELO BRANCO	110,00 €
FARO	852,40 €
GUARDA	134,59 €
LISBOA	12 100,16 €
SANTARÉM	650,00 €
SETÚBAL	360,00 €
VIANA DO CASTELO	91,05 €
MADEIRA	74,70 €
TOTAL	17 249,85 €

DESPESAS

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Orçamentado	€ 3.000,00
Execução	€ 3.907,44
%	130

O restante valor desta rubrica destinou-se, no fundamental, à aquisição de equipamentos e mobiliário corrente de pequena monta.

CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO

Orçamentado	€ 9.500,00
Execução	€ 17.014,43
%	179

Esta é uma rubrica de sempre difícil orçamentação, pois é das que mais exposta está a imponderáveis. E em 2016 houve necessidade de efetuar reparações não programadas, não só nas viaturas do STI, recorda-se que uma delas tem já 10 anos, bem como em equipamentos diversos. Estão também aqui incluídos os contratos de assistência técnica permanentes, para as aplicações informáticas, ar condicionado, duplicador, etc.

CORREIO (SELOS E AVENÇAS) / ENVELOPES E IMPRESSOS

CORREIO (SELOS E AVENÇAS)	
Orçamentado	€ 17.000,00
Execução	€28.770,31
%	169

ENVELOPES E IMPRESSOS	
Orçamentado	€ 2.000,00
Execução	€ 4.649,40
%	232

Em 2016 o STI expediu mais de 40.000 cartas, isto apesar do recurso cada vez maior e sistemático ao e-mail. Boa parte destas foi para a expedição dos cartões da GALP, protocolo celebrado em maio de 2016, e da Assistência Médica do Sindicato dos Funcionários Judiciais, bem como os cartões da BP, para os Sócios que nos meses anteriores tinham tido movimento (cerca de 2000).

Na Rúbrica Correio está também contabilizada a expedição da revista “Sociedade e Fiscalidade”.

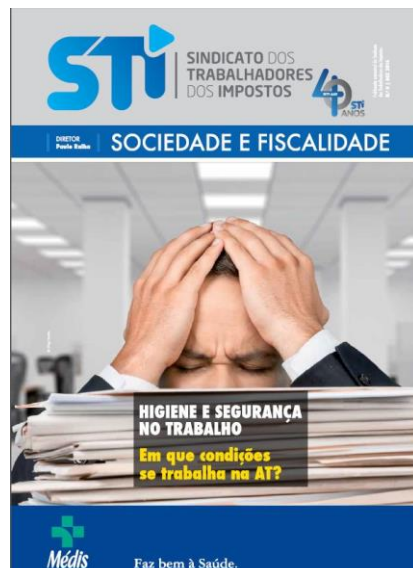
REVISTA “SOCIEDADE E FISCALIDADE”

Orçamentado	€ 12.500,00
Execução	€ 2.763,94
%	22

Em 2016 foram editados, como previsto, dois números da revista do STI “SOCIEDADE E FISCALIDADE”.

A MÉDIS, pela inserção de publicidade exclusiva na revista, concede por anuidade o valor de 12.500,00 € mais IVA. Contudo o acerto da anuidade do seguro de saúde com o ano civil, obrigou á existência de uma mini anuidade de Outubro a dezembro de 2015, pelo que o valor suportado pela MÉDIS na revista de dezembro de 2015, publicada já em janeiro de 2016, foi proporcional, tendo assim havido necessidade de o STI suportar a diferença.

A qualidade dos intervenientes, e o feedback de muitos Sócios do STI levam-nos a acreditar que esta foi uma aposta ganha.



DIRETORES EM PERMANÊNCIA

Orçamentado	€ 26.000,00
Execução	€ 42.402,68
%	163

O orçamento de 2016 foi elaborado pela Direção Nacional anterior e tendo em conta naturalmente a realidade á data. Na fase final do mandato anterior só havia um membro da Direção em permanência, o seu Presidente. A atual Direção decidiu que ficariam em permanência, para além do Presidente da Direção Nacional, mais um dos Vice-Presidentes. Esta nova realidade não estava assim prevista no orçamento.

A exigência do trabalho sindical é cada vez maior e não é, na nossa opinião, demais dois Diretores em permanência, aliás esta tem sido a regra nas últimas direções.

FORMAÇÃO

FORMAÇÃO	
Orçamento	€ 7.500,00
Execução	€ 8.077,13
%	108

SEMINÁRIOS / CONFERÊNCIAS	
Orçamentado	€ 12.500,00
Execução	€ 4.180,20
%	33

A formação sindical, aposta da atual Direção Nacional do STI, visa, no fundo, reforçar a ação e a organização sindical, dotando o STI e os seus dirigentes (Nacionais, Distritais / Regionais e Locais), com os meios para desenvolverem a sua atividade sindical, formando quadros que assegurem a continuidade do STI.

Inquérito de Necessidades de Formação

Objetivos: Conhecer as áreas de formação mais procuradas pelos sócios, quais as razões que motivam a frequência de ações de formação bem como saber se as DD/DR planeiam realizar formação, de modo a harmonizar a informação obtida com o plano de formação 2016

Destinatários: DD/DR - auscultação dos sócios através dos DS

Data	Local	Participantes
Jan. 2016	Todas as DD/DR	Braga Leiria Lisboa Aveiro Guarda Madeira Faro Coimbra Bragança

Curso Essencial de Gestão Financeira e Contabilidade

Face à colocação de inspetores tributários pela AT, e dado que estes irão fazer inspeções tributárias às empresas, urge que os mesmos detenham um maior conhecimento de Finanças Empresarias e de Contabilidade, tendo em vista os objetivos da AT.

Objetivos: Compreender os principais conceitos base de gestão financeira. Conhecer os principais conceitos e linguagem contabilística, com enfoque no essencial sobre os princípios dos vários sistemas de normalização contabilística bem como o impacto nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e apuramento do lucro tributável

Destinatários: IT estagiário e todos os sócios com interesse nos temas

Data	Local	Participantes
10-02-16 a 27-02-16 32h – Pós laboral	Lisboa	11
10-03-16 a 19-03-16 32h – Pós laboral	Viseu	9

Saúde no Trabalho – Gestão do Stress e Motivação

“Locais de trabalho seguros e saudáveis são bons para as organizações, para os trabalhadores e para a sociedade. Contudo, é fácil descurar estes factos quando a pressão dos prazos ou dos objetivos de produção se faz sentir. Nesses momentos é mais importante do que nunca ter consciência dos riscos presentes no local de trabalho, em vez de tratar a segurança e a saúde como “imposições burocráticas”

Destinatários: Sócios do STI e público em geral com interesse no tema

Data	Local	Participantes
30-09-2016 Auto-formação	Porto ISMAI	187

Trabalho em Equipa e Promoção da Coesão

Objetivos:

- Compreender a importância do trabalho em equipa
- Fortalecer o espírito de equipa
- Promover a coesão, aumentar a compatibilidade e a cumplicidade
- Mobilizar e desenvolver a equipa

Destinatários: Membros dos órgãos nacionais e das DD/DR

Data	Local	Total Elementos	Inscrições	Participantes
14-10-2016 7h – Formação Sindical	Porto	Porto - 5 Madeira - 4 Açores – 4 CF- 5 MC- 7	Porto - 4 Madeira - 1 Açores – 3 CF- 5 MC- 2	Porto - 4 Madeira - 1 Açores – 3 CF- 4 MC-2
21-10-2016 7h – Formação Sindical	Braga	Braga - 4 Bragança – 4 V. Castelo – 3 Vila Real - 5	Braga - 4 Bragança – 2 V. Castelo – 2 Vila Real - 2	Braga - 4 Bragança – 1 V. Castelo – 2 Vila Real - 0
28-10-2016 7h – Formação Sindical	Leiria	Coimbra – 4 Leiria – 5 Aveiro - 5	Coimbra - 0 DD Leiria – 4 Aveiro - 5	Coimbra - 0 DD Leiria – 3 Aveiro - 0

Reunião de Formadores Sindicais

Objetivos:

- Apresentação do plano de formação sindical 2017-2019
- Entrega do manual de apoio ao formador sindical e caderno de exercícios

Destinatários: Formadores Sindicais

Data	Local	Participantes
25-11-2016	Lisboa	10

VISITAS A SERVIÇOS

Orçamentado	€ 6.000,00
Execução	€ 6.777,53
%	113

O contacto permanente com os Sócios do STI é uma aposta clara da atual Direção Nacional. Temos de uma vez por todas de manter este contacto permanente e não só nos períodos eleitorais, como tem vindo a ser hábito. Só quem não visita regularmente os serviços não se apercebe da importância destes contactos. De uma maneira geral, os Sócios estão ávidos de poderem falar com alguém que lhes dê informação, que se aperceba, in loco, dos problemas concretos com que diariamente se confrontam.

Em 2016 visitamos quase seis dezenas de serviços, contactámos com centenas de Sócios e esta é uma tarefa que consideramos de vital importância.

AÇORES

SERVIÇO	DATA	HORÁRIO
Delegação Aduaneira de Angra do Heroísmo	05-09-2016	14h00m
Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo	05-09-2016	15h00m
Serviço de Finanças da Praia da Vitória	05-09-2016	16h00m
Serviço de Finanças de Santa Cruz Flores	06-09-2016	14h00m
Serviço de Finanças de Lajes Flores	06-09-2016	16h00m
Direção de Finanças da Horta	07-09-2016	15h30m
Serviço de Finanças da Horta	07-09-2016	16h30m
Serviço de Finanças da Madalena	08-09-2016	10h00m
Serviço de Finanças de Lajes do Pico	08-09-2016	14h00m

Serviço de Finanças de São Roque Pico	08-09-2016	15h30m
Delegação Aduaneira da Horta	09-09-2016	11h00m

BEJA

Direção de Finanças de Beja	29-06-2016	11h00m
Serviço de Finanças de Serpa	29-06-2016	16h30m
Serviço de Finanças de Ferreira Alentejo	08-11-2016	15h 30m
Serviço de Finanças de Aljustrel	09-11-2016	10h 00m
Serviço de Finanças de Castro Verde	09-11-2016	11h 30m
Serviço de Finanças de Odemira	09-11-2016	15h 30m
Serviço de Finanças de Alvito	10-11-2016	10h 00m
Serviço de Finanças de Cuba	10-11-2016	11h 30m
Serviço de Finanças de Vidigueira	10-11-2016	15h 30m

BRAGA

Direção de Finanças de Braga	07-11-2016	10h 00m
Alfândega de Braga	07-11-2016	14h 00m
Serviço de Finanças de Braga 1	07-11-2016	16h 00m
Serviço de Finanças de Póvoa de Lanhoso	11-11-2016	10h 00m
Serviço de Finanças de Vizela	11-11-2016	14h 00m
Serviço de Finanças de Guimarães	11-11-2016	16h 00m

LEIRIA

Serviço de Finanças de Pombal	30-05-2016	16h 30m
Direção de Finanças de Leiria	31-05-2016	11h 00m
Serviço de Finanças de Leiria 1	31-05-2016	16h 30m
Alfândega de Peniche	01-06-2016	11h 00m
Serviço de Finanças de Peniche	01-06-2016	16h 30m

Serviço de Finanças de Alcobaça	02-06-2016	11h 00m
Serviço de Finanças da Nazaré	02-06-2016	16h 30m
SF de Caldas da Rainha	13-07-2016	11h00m
SF de Bombarral	13-07-2016	16h30m
SF de Marinha Grande	14-07-2016	11h00m
SF de Porto de Mós	14-07-2016	16h30m
Serviço de Finanças de Leiria 2	27-09-2016	11h 00m
Serviço de Finanças da Batalha	27-09-2016	16h 00m
Serviço de Finanças de Ansião	28-09-2016	11h 00m
Serviço de Finanças de Alvaiázere	28-09-2016	16h 00m
Serviço de Finanças de Figueiró dos Vinhos	29-09-2016	11h 00m
Serviço de Finanças de Castanheira de Pêra	29-09-2016	16h 00m

PORTO

Serviço de Finanças de Vila do Conde	24-10-2016	11h 00m
Serviço de Finanças da Póvoa do Varzim	24-10-2016	16h 00m
Serviço de Finanças de Santo Tirso	25-10-2016	11h 00m
Serviço de Finanças de Trofa	25-10-2016	16h 00m
Serviço de Finanças de Paços de Ferreira	26-10-2016	11h 00m
Serviço de Finanças de Lousada	26-10-2016	16h 00m
Serviço de Finanças de Felgueiras	27-10-2016	11h 00m
Serviço de Finanças de Amarante	27-10-2016	16h 00m

LISBOA

Alfândega Marítima de Lisboa	07-04-2016	11h00m
Alfândega do Aeroporto de Lisboa		16h00m
DSAFA – Direção de Serviços Antifraude Aduaneira	27-04-2016	15h30m
Serviço de Finanças de Sintra 3	10-05-2016	15h00m
Serviço de Finanças de Torres Vedras	22-06-2016	11h00m
Serviço de Finanças de Mafra	22-06-2016	16h30m

GASTOS FINANCEIROS / ENCARGOS BANCÁRIOS

<i>Orçamentado</i>	€ 6.000,00
<i>Execução</i>	€ 3.343,31
<i>%</i>	56

A descida acentuada desta rubrica, não tem naturalmente a ver com o facto de os bancos terem baixado os encargos associados aos serviços que prestam, bem pelo contrário, estes têm aumentado, mas tão só ao facto de se terem reduzido as transferências bancárias com a passagem da cobrança das quotas dos sócios aposentados para a Caixa Geral de Aposentações e de os empréstimos do FAS estarem também a ser cobrados, esmagadoramente através do vencimento. Em 2017 estamos a tomar medidas para reduzir ainda mais esta despesa.

PREPAROS, CUSTAS E OUTROS

<i>Orçamentado</i>	€. 20.000,00
<i>Execução</i>	€ 3.201,16
<i>%</i>	16

Esta rubrica destina-se a pagar as hoje designadas por taxas de justiça dos processos de massa, e dos processos que ainda subsistem da fase em que havia isenção.

DIREÇÕES DISTRITAIS

A verba constante da coluna “EXECUÇÃO” refere-se á despesa total das Direções Distritais / Regionais. Esta, no caso de ter havido receitas extraordinárias, não corresponde necessariamente às transferências de dotações.

No caso das DD’s de Lisboa e de Faro convém clarificar que as transferências de dotações não excederam o valor orçamentado, abatido do saldo transitado do ano anterior, como o regulamento determina. O que originou que a despesa fosse superior às dotações orçamentadas foram as receitas extraordinárias que estas DD’s arrecadaram por contrapartida de iniciativas que realizaram. Tendo portanto a despesa a mais efetuada pelas referidas DD’s sido coberta pelas receitas próprias que arrecadaram.

DIREÇÕES DISTRITAIS / REGIONAIS			
FARO	9 930.00 €	11 904.62 €	120%
LISBOA	65 340.00 €	73 676.91 €	113%

I ENCONTRO NACIONAL DE SÓCIOS DO STI

ENCONTRO NACIONAL DE SÓCIOS

13 A 15 DE MAIO DE 2016
Costa da Caparica – Setúbal - Palmela



PROGRAMA

13 MAIO
Alojamento (1) no Hotel Ever Caparica Beach & Conference Hotel (4*)

14 MAIO
08h45 – Saída do Hotel
10h00 – Cruzeiro na Baía dos Golfinhos
10h00 – Fase Final do Futsal – Pavilhão Municipal da Costa da Caparica
13h00 – Almoço em Palmela – Restaurante D. Tilda
16h00 – Visita guiada ao Museu da Quinta da Bacalhôa e Prova de vinhos
20h00 – Jantar com animação (2) Salão de Eventos do Inatel da Costa da Caparica

15 MAIO
08h45 – Saída do Hotel
09h30 – Visita ao Castelo de Palmela
10h00 – Fase Final do Futsal – Pavilhão Municipal da Costa da Caparica
11h30 – Visita ao Santuário Nacional de Cristo Rei
13h00 – Almoço – Hotel Ever Caparica Beach & Conference Hotel
Entrega de Prémios da Final de Futsal
Tarde Livre - FIM DO ENCONTRO

(1) A reserva de alojamento será feita em quarto duplo
(2) POSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO APENAS NO JANTAR

€ 25 – Sócio
€ 30 – Não Sócio

PREÇO
Sócio - € 50
Não Sócio - € 100

INCLUI:
2 noites de alojamento - 2 almoços - 1 jantar com animação - Cruzeiro na Baía dos Golfinhos - Visita guiada ao Museu da Quinta da Bacalhôa - Prova de Vinhos - Visita ao Castelo de Palmela - Visita guiada ao Cristo Rei

Orçamentado	€12.500,00
Execução	€ 62.667,25
%	501

Quando o orçamento foi elaborado a perspetiva que tínhamos de inscrições, tendo em conta a experiência dos Encontros de Sócios Aposentados realizados nos anos anteriores, era muito inferior á que se veio a concretizar. De facto estiveram presentes, neste I Encontro de Sócios do STI, cerca de 400 participantes.

Esta participação completamente inesperada e record acabou por ter reflexos nos custos da iniciativa que ultrapassou largamente o orçamentado. O Encontro saldou-se por um rotundo êxito e para tal bastará ouvir as mensagens que a esmagadora maioria dos participantes fizeram questão de nos transmitir no final.

Durante o Encontro realizou-se também a final do Torneio de Futebol de Salão, iniciativa com mais de trinta anos e que corre o risco de desaparecer por falta de apoio da Direção Geral. Procurámos, no fundo, não deixar morrer a iniciativa, considerando que seria um ano de transição e na esperança que a Direção Geral retomasse o apoio.

IV ENCONTRO NACIONAL DE SÓCIOS DO STI APOSENTADOS



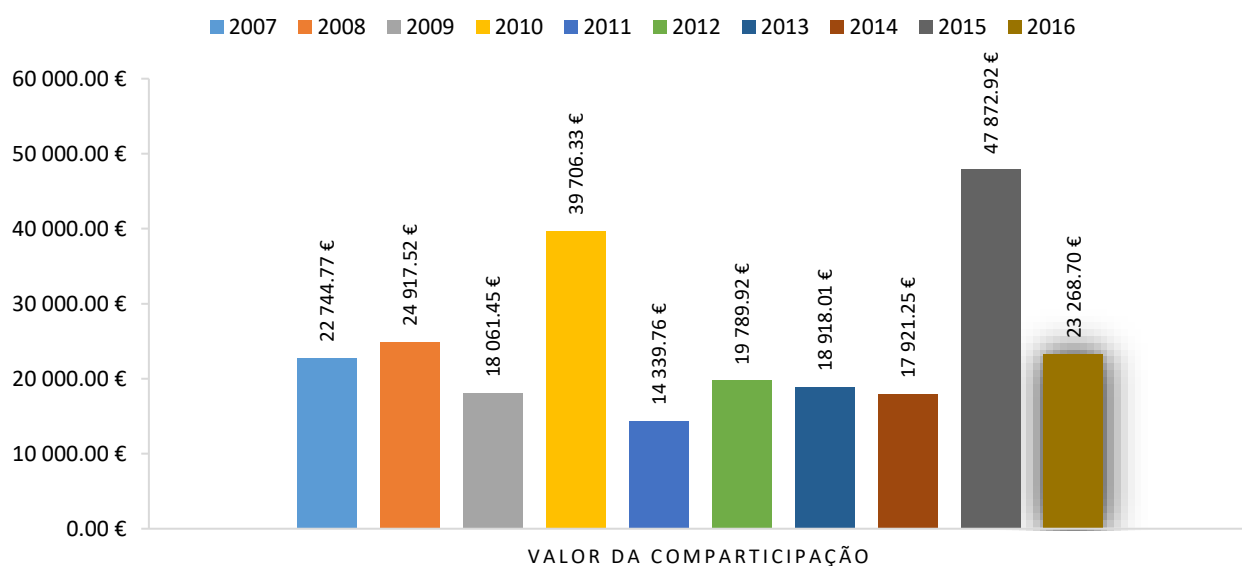
Orçamentado	€7.500,00
Execução	€ 16.402,36
%	219

À semelhança dos anos anteriores realizou-se o IV Encontro dos Sócios do STI Aposentados, onde estiveram mais de 140 participantes. Este tem-se revestido de particular importância, não só face ao peso que os aposentados têm no STI, como pela sentida necessidade de manter com estes colegas uma particular relação que os ligue ao STI e entre si.

COMPARTICIPAÇÃO EM LIVROS TÉCNICOS

Orçamentado	€ 30.000,00
Execução	€ 23.268,70
%	78

COMPARTICIPAÇÃO EM LIVROS TÉCNICOS 2007 / 2016



O ano de 2007, foi o primeiro ano em que a gestão das comparticipações de Livros Técnicos foi efetuada a nível central. Recorda-se que, antes esta comparticipação era efetuada pelas Direções Distritais. Esta alteração visou fundamentalmente garantir a igualdade de todos os Sócios no acesso a este apoio.

Considerando-se as comparticipações efetuadas desde essa data, foram até hoje comparticipados **247.540,63 €**.

Em 2016, beneficiaram da comparticipação mais de mil Sócios.

DESPESAS NÃO ORÇAMENTADAS

Nas despesas não orçamentadas destacamos aquelas que têm maior relevância orçamental:

Tomada de Posse da Direção Nacional e do Conselho Fiscal	6.831,66 €
Aquisição de Viatura	18.752,00 €
Substituição do servidor	6.948,45 €
Reformulação do site do STI e configuração para voto eletrónico	16.394,85 €
Obras na Sede e Auditório (reconfiguração dos espaços)	45.267,85 €

A opção por dois diretores em permanência levou a que, por uma questão gestionária tivesse havido necessidade de adquirir uma viatura. Pois embora com um custo inicial no orçamento de 2016, conduzirá a prazo a que se evitem despesas que de outro modo teriam de ser suportadas pelo STI.

A substituição do servidor informático foi uma inevitabilidade sob pena de paralisação dos serviços do STI, recorde-se que o anterior tinha sido adquirido há mais de 8 anos.

A reformulação do site e principalmente a sua preparação para o voto eletrónico, foi também um passo fundamental que não podia deixar de ser dado.

A reconfiguração de todos os espaços na sede do STI, no sentido de melhor operacionalizar os serviços era também uma opção que vinha sendo adiada e que se mostrava cada vez mais necessária. Deste modo deram-se passos que permitirão que durante muito tempo não seja necessária qualquer intervenção significativa a este nível.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ANO 2016

GESTÃO CORRENTE

DESCRIÇÃO	VERBAS ORÇAMENTADAS	EXECUÇÃO	%
RECEITAS			
Receitas de Quotização	1 153 005.12 €	1 218 549.98 €	106%
Receitas Financeiras:			
Juros de Depósitos à Ordem	3 000.00 €	225.37 €	8%
Outros rendimentos suplementares	50 000.00 €	31 493.60 €	63%
TOTAL A	1 206 005.12 €	1 250 268.95 €	104%
DESPESAS			
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Mobiliário	1 000.00 €	2 074.34 €	207%
Equipamentos	2 000.00 €	1 833.10 €	92%
SOMA(1)	3 000.00 €	3 907.44 €	130%
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO			
Viaturas	2 000.00 €	5 777.35 €	289%
Instalações (pequenas reparações)	1 500.00 €	1 156.19 €	77%
Equipamentos	6 000.00 €	10 080.89 €	168%
SOMA(2).....	9 500.00 €	17 014.43 €	179%
COMUNICAÇÃO			
Papel	1 500.00 €	1 284.12 €	86%
Correio (Selos e Avenças)	17 000.00 €	28 770.31 €	169%
Envelopes e Impressos	2 000.00 €	4 649.40 €	232%
Material de Impressão	7 000.00 €	5 125.39 €	73%
Telefone, Telemóvel e Internet	20 000.00 €	25 547.91 €	128%
Site Stimpostos	1 500.00 €	2 123.04 €	142%
Revista STI - Sociedade e Fiscalidade	12 500.00 €	2 763.94 €	22%
SOMA(3)	61 500.00 €	70 264.11 €	114%

DESCRIÇÃO	VERBAS ORÇAMENTADAS	EXECUÇÃO	%
DESLOCAÇÕES E ESTADAS			
Reuniões da Direcção Nacional	20 000.00 €	19 965.23 €	100%
Outras Reuniões	10 000.00 €	3 634.44 €	36%
FUNCIONAMENTO DOS PELOUROS:			
Outros Pelouros	1 000.00 €	963.93 €	96%
Directores em Permanência	26 000.00 €	42 402.68 €	163%
Directores a Tempo Parcial	15 000.00 €	17 914.50 €	119%
Formação	7 500.00 €	8 077.13 €	108%
Visitas a serviços/entidades diversas	6 000.00 €	6 777.53 €	113%
Seminários/Conferencias	12 500.00 €	4 180.20 €	33%
OUTROS ÓRGÃOS DO SINDICATO			
Mesa Coordenadora	4 000.00 €	2 636.50 €	66%
Conselho Fiscal	7 000.00 €	6 895.22 €	99%
Conselho Disciplinar	3 000.00 €	8 379.08 €	279%
Comissão Eleitoral	4 000.00 €	759.75 €	19%
Comissão Nacional	500.00 €		0%
REUNIÕES DE ÓRGÃOS DELIBERATIVOS			
Conselho Geral/Assembleia Geral de Sócios	60 000.00 €	50 454.69 €	84%
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			
Deslocações na Cidade	1 000.00 €	274.39 €	27%
SOMA(4)	177 500.00 €	173 315.27 €	98%
SEGUROS			
Instalações	1 500.00 €	1 138.18 €	76%
Acidentes Pessoais:			
Direcção Nacional	600.00 €		0%
Conselho Fiscal	600.00 €		0%
Viaturas:			
VW	1 250.00 €	1 154.67 €	92%
FORD		602.15 €	
HONDA	1 000.00 €	761.64 €	76%
SOMA(5)	4 950.00 €	3 656.64 €	74%
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO			
Água e Taxa de saneamento	2 000.00 €	2 463.01 €	123%
Energia Eléctrica	10 000.00 €	8 088.25 €	81%
Condomínio	1 200.00 €	1 108.80 €	92%
Cartões de Sócio	500.00 €		0%
Material de Escritório	4 500.00 €	7 481.40 €	166%
Documentação técnica/Jornais e outras Publicações	3 000.00 €	3 220.22 €	107%
Material de Desgaste Rápido	1 000.00 €	1 694.86 €	169%
Limpeza das instalações	4 000.00 €	4 543.17 €	114%
Reuniões	1 000.00 €	2 442.22 €	244%
SOMA(6)	27 200.00 €	31 041.93 €	114%

DESCRIÇÃO	VERBAS ORÇAMENTADAS	EXECUÇÃO	%
DESPESAS COM O PESSOAL			
Ordenados	317 000.00 €	318 088.26 €	100%
Abono p/Falhas	1 900.00 €	1 418.14 €	75%
Encargos sobre Ordenados	72 000.00 €	76 536.66 €	106%
Seguro de Acidentes de Trabalho	4 000.00 €	3 227.52 €	81%
Subsídios de Alimentação	30 000.00 €	35 060.89 €	117%
Formação Profissional	2 000.00 €	120.00 €	6%
Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	1 000.00 €	629.40 €	63%
Despesas de Deslocação	10 500.00 €	12 581.98 €	120%
SOMA(7)	438 400.00 €	447 662.85 €	102%
OUTRAS DESPESAS E ENCARGOS			
Gastos Financeiros/Encargos Bancários	6 000.00 €	3 343.31 €	56%
Rendas:			
Apartamento DN	7 825.00 €	9 100.00 €	116%
SOMA(8)	13 825.00 €	12 443.31 €	90%
Contencioso:			
Honorários	30 000.00 €	24 782.00 €	83%
Preparos, Custas e Outros	20 000.00 €	3 201.16 €	16%
SOMA(8)	50 000.00 €	27 983.16 €	56%
TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ESTRUTURAS			
DIRECÇÕES REGIONAIS/DISTRITAIS			
DR Açores	7 500.00 €	6 622.64 €	88%
DR Madeira	5 900.00 €	2 600.96 €	44%
Aveiro	16 600.00 €	10 295.46 €	62%
Beja	3 520.00 €	1 634.04 €	46%
Braga	14 100.00 €	11 771.25 €	83%
Bragança	1 750.00 €	100.00 €	6%
Castelo Branco	5 360.00 €	4 474.06 €	83%
Coimbra	7 650.00 €	7 645.23 €	100%
Évora	5 600.00 €	389.15 €	7%
Faro	9 930.00 €	11 904.62 €	120%
Guarda	2 880.00 €	1 687.46 €	59%
Leiria	9 920.00 €	7 724.56 €	78%
Lisboa	65 340.00 €	73 676.91 €	113%
Portalegre	4 300.00 €	3 833.33 €	89%
Porto	37 140.00 €	26 785.49 €	72%
Santarém	8 400.00 €	6 628.62 €	79%
Setúbal	13 750.00 €	12 566.30 €	91%
Viana do Castelo	5 760.00 €	3 234.07 €	56%
Vila Real	4 300.00 €	2 776.57 €	65%
Viseu	7 550.00 €	3 061.63 €	41%
SOMA(9)	237 250.00 €	199 412.35 €	84%
DIRECÇÕES REGIONAIS/DISTRITAIS - RECREA			
DR Açores	500.00 €	500.00 €	100%
DR Madeira	1 400.00 €		0%
Aveiro	1 500.00 €		0%
Beja	880.00 €	880.00 €	100%
Braga	2 500.00 €	2 500.00 €	100%
Castelo Branco	1 340.00 €		0%
Coimbra	750.00 €	750.00 €	100%
Faro	1 870.00 €		0%
Guarda	720.00 €	720.00 €	100%
Leiria	2 480.00 €		0%
Lisboa	3 060.00 €	3 060.00 €	100%
Porto	3 060.00 €		0%
Santarém	2 100.00 €		0%
Setúbal	3 060.00 €	3 060.00 €	100%
Viana do Castelo	1 440.00 €	1 440.00 €	100%
Vila Real	300.00 €	300.00 €	100%
Viseu	1 850.00 €	1 850.00 €	100%
SOMA(9)	28 810.00 €	15 060.00 €	52%

DESCRIÇÃO	VERBAS ORÇAMENTADAS	EXECUÇÃO	%
DIRECÇÕES DISTRIAIS (RENDAS)			
Aveiro	2 852.00 €	2 823.60 €	99%
Braga	2 909.00 €	2 140.00 €	74%
Coimbra	3 030.00 €	2 750.00 €	91%
DR Madeira	3 360.00 €	3 360.00 €	100%
Evora	2 040.00 €	2 040.00 €	100%
Guarda	3 636.00 €	3 600.00 €	99%
Leiria	2 400.00 €	2 400.00 €	100%
Setúbal	1 104.00 €	979.37 €	89%
Viana Castelo	2 940.00 €	2 050.19 €	70%
Viseu	3 005.00 €	2 750.00 €	92%
SOMA(10)	27 276.00 €	24 893.16 €	91%
DESPESAS ELEITORAIS			
Eleições	3 000.00 €	1 852.36 €	62%
SOMA(13)	3 000.00 €	1 852.36 €	62%
ACTIVIDADES PROGRAMADAS			
Âmbito Nacional			
I Encontro Nacional de Sócios	12 500.00 €	62 667.25 €	501%
IV Encontro Nacional de Sócios Aposentados	7 500.00 €	16 402.36 €	219%
DIVERSOS			
Comparticipação em Livros Técnico-Profissionais	30 000.00 €	23 268.70 €	78%
Pin's - 25anos	2 000.00 €		0%
Quotas	5 000.00 €	4 178.64 €	84%
- Apotec		228.00 €	
- Federação Campismo e Montanhismo		100.64 €	
- UFE		3 850.00 €	
SOMA(14)	57 000.00 €	106 516.95 €	187%
TOTAL B	1 139 211.00 €	1 135 023.96 €	100%
(A-B)	66 794.12 €	115 244.99 €	
Despesas não orçamentadas (*)	66 794.12 €	92 829.55 €	139%
Saldo	0.00 €	22 415.44 €	



TÃO FORTE QUANTO QUISERES

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

www.stimpostos.pt

RELATÓRIO E CONTAS - 2016

FUNDO DE ACÇÃO SOCIAL (FAS)

O FAS desempenhou as seguintes funções sociais:

Pagamento do Seguro de Saúde (sócios)	575.656,98 €
Recuperação de Perdas de Vencimento	43.667,95 €
Comparticipação na Doença Crónica	1.497,08 €
Assistência Médica do SFJ	28.947,00 €
Seguro de responsabilidade civil extracontratual do estado	48.166,05 €

Relativamente às rubricas “JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES” somos a informar que nestas estão contabilizados os seguintes valores:

Designação	Valor
Juros de mora no âmbito de processos executivos	770,39 €
Despesas Administrativas do Seguro de Saúde e do FAS	16.271,42 €
Juros de depósitos á ordem e a prazo	1.165,43 €
Total	18.207,24 €

Como as taxas de juro dos depósitos á ordem e a prazo, rondou em 2016, os 0%, situação que se refletiu também nos depósitos do Fundo de Ação Social.

Os *depósitos a prazo do FAS* ascendiam, em 31 de dezembro de 2016, a **300.000,00 €**.

O Fundo de Ação Social, é um serviço fundamental de apoio aos sócios. **Este fundo já concedeu, desde a sua criação, mais de quatro milhões e trezentos mil euros de empréstimos.** Este número fala por si! Foram concedidos mais de 1900 empréstimos a Sócios para acorrer a situações de doença, em muitos casos situações dramáticas. Foi o FAS que, de forma definitiva, acabou com a humilhação, que os colegas mais antigos ainda se lembrarão, de serem efetuados "peditórios" a nível nacional para ajudar sócios a realizar ações clínicas que, de outra forma, não tinham outra possibilidade de realizar.

O Fundo de Emergência foi criado no Congresso de 1982, e implementado em 1985. O Fundo de Ação Social, sucedâneo do anterior, foi criado em 1987 e, quase 30 anos a apoiar os sócios, só nos pode encher de orgulho. Esta não é uma "obra" de uma Direção, de um ou dois mandatos, é "obra" de todos os Sócios e de todos os dirigentes sindicais do STI.

Constituem objetivos do FAS:

- 1) A atribuição de comparticipações destinadas a minimizar as despesas e encargos que os Sócios hajam de suportar com a assistência à saúde dos próprios e do seu agregado familiar;
- 2) A atribuição de comparticipações equivalentes às perdas de vencimentos sofridas, em consequência de faltas por motivos de doença do próprio, ou de assistência a familiares, nos termos legalmente previstos.
- 3) O apoio financeiro a conceder para fazer face a situações graves e de emergência no domínio da saúde, mediante empréstimo reembolsável, consoante os casos previstos no Regulamento.
- 4) O pagamento de um Seguro de Doença aos sócios, nos termos em que vier a ser acordado pela Direção Nacional, com as Companhias Seguradoras.

Nestes anos de grave crise social, em que os Trabalhadores da Administração Pública foram particularmente fustigados, decidiu a Direção Nacional do STI propor ao Conselho Geral a criação de um fundo provisório para acorrer às situações mais graves. Este fundo teve como objetivo minimizar e permitir a assistência do STI aos sócios em situações de dificuldades provisórias, mas ainda assim suscetíveis de afetar a sua dignidade.

Decorridos agora três anos da sua implementação, e tendo o referido fundo atingido cabalmente o seu objetivo, foi decidido torna-lo definitivo e, face à experiência adquirida nestes três anos de vigência do regulamento provisório, alarga-lo a outras áreas.

Assim, os empréstimos poderão ser atribuídos para as seguintes finalidades:

- a) Custeio de despesas de educação de elementos do agregado familiar do sócio, entendendo-se estas despesas como a compra de livros, aquisição de material escolar, propinas e complemento de bolsas de estudo;
- b) Custeio de despesas com funeral de elementos do agregado familiar do sócio;
- c) Para ocorrer a casos urgentes, originados por razões de força maior, devidamente comprovadas.

Os montantes dos empréstimos a conceder, e os respetivos prazos de liquidação, não poderão ultrapassar os seguintes limites:

- a) Para os empréstimos ao abrigo da alínea a) do parágrafo anterior: **300 Euros, em 6 meses;**
- b) Para os empréstimos ao abrigo da alínea b) do parágrafo anterior: **600 Euros, em 12 meses;**
- c) Para os empréstimos ao abrigo da alínea c) do parágrafo anterior: **o apoio a conceder será, no máximo, igual ao salário mensal ilíquido do sócio peticionante, nunca excedendo o montante de 1.500,00 Euros, em 30 meses.**

PONTO DA SITUAÇÃO DA RECUPERAÇÃO DE PROCESSOS DO FAS EM CONTENCIOSO

	JUNHO DE 2013 A DEZEMBRO DE 2014	2015	2016
VALOR EM DÍVIDA	17.457,33 €	14.298,67 €	15 182.41 €
VALOR JÁ COBRADO	16.945,53 €	16 440.31 €	3 226.42 €

Nota: Há 10.000,00 € que no referido ano se revelaram incobráveis, num caso por motivo de morte e, no segundo caso por falta de bens, dos executados.

Processos de empréstimo do FAS e FSE que se encontram em contencioso

- 1) Ana Paula Aires Nunes Fonseca – FAS - Valor em dívida: **2.051,60 €**
- 2) Carlos Alberto Santos Vieira – FSE - Valor em dívida: **713,00 €**
- 3) Francisco Eduardo Serra Graça Paralta – FAS - Valor em dívida: **300,48 €**
- 4) Helda Rosário Moreira Silva – FAS - Valor em dívida: **1.857,74 €**
- 5) Isabel Margarida Campos Amaral Muralha – FAS - Valor em dívida: **752,52 €**
- 6) João António Costa Cardoso – FAS - Valor em dívida: **8.053,06 €**
- 7) Júlio Manuel Pereira Duarte – FAS - Valor em dívida: **173,35 €**
- 8) Leonel Martins Candeias – FSE - Valor em dívida: **547,90 €**
- 9) Maria dos Anjos Abreu Cruz – FAS – **807,89 €**
- 10) Maria Aurora Rodrigues Carvalho Tinoco – FAS – **2.294,87 €**
- 11) Maria Isabel Madeira Santos – FAS – **745,03 €**
- 12) Maria Manuela André Gonçalves Vilela – FSE – **445,00 €**
- 13) Maria de Lourdes Marcelino Pinto – FAS - **696,18 €**
- 14) Maria Teresa Pereira Cunha Morais Cardoso – FAS – **1.876,24 €**
- 15) Paula Alexandra Figueiredo Coelho – FSE – **654,10 €**

SEGURO DE SAÚDE

Sendo este o relatório relativo ao último ano do mandato anterior, é oportuna fazer um balanço global da evolução do Seguro de Saúde nos últimos quatro anos.

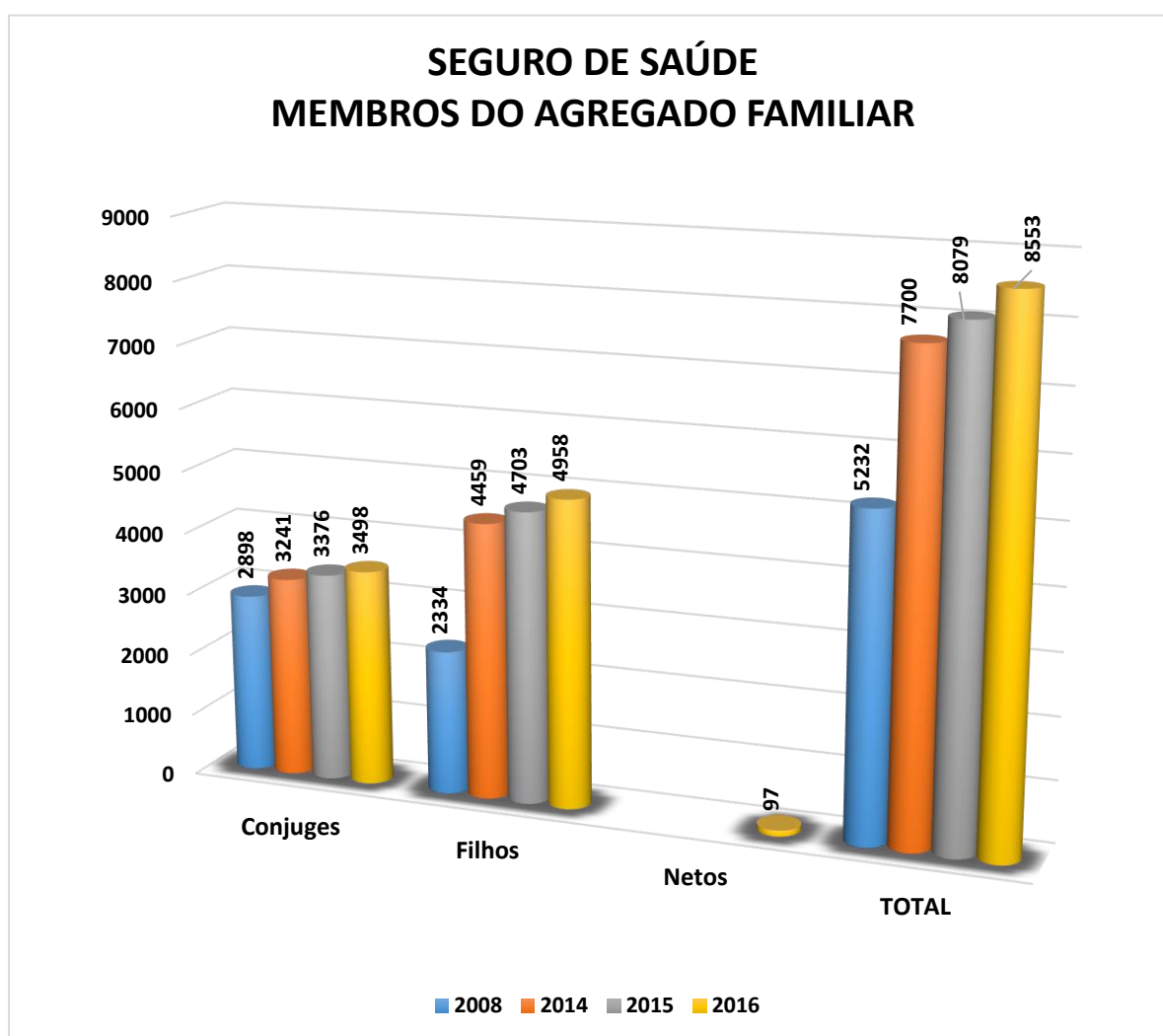
Assim, começamos por nos referirmos às alterações fundamentais introduzidas nas garantias do Seguro de Saúde nos últimos quatro anos:

- ✓ O seguro de saúde deixou de ter limite de idade (era até 75 anos para os sócios e 70 para os cônjuges), quer para os sócios, enquanto mantiverem o vínculo ao STI, quer para os respetivos cônjuges (ou equiparados). **Esta é uma alteração que consideramos fundamental pois aos 75 anos, quando eventualmente os sócios mais precisariam do Seguro de Saúde, deixavam de poder usufruir dele;**
- ✓ A cobertura para o internamento hospitalar aumentou de 13.500, em 2008, para 32.500 euros, em 2017;
- ✓ O capital de consultas, tratamentos e exames passou de 2.000 para 2.200 euros;
- ✓ O sublimite de fisioterapia passou de 100 para 250 euros;
- ✓ O capital de estomatologia passou de 200 para 250 euros, com redução da franquia anual de 52,5 para 50 euros;
- ✓ A franquia anual de ambulatório foi reduzida de 55 para 50 euros;
- ✓ Deixou de haver limite de idade para os filhos, e
- ✓ Os netos dos Sócios passaram a poder também integrar o Seguro de Saúde.

INSCRIÇÕES DE MEMBROS DO AGREGADO FAMILIAR

O número de membros do agregado familiar inscritos no seguro de saúde aumentou, de 2008 para 2016, 63,47%, 20,70% relativamente aos cônjuges e 112,43 % relativamente aos filhos, para além de, desde a anuidade de 2016, poderem também ser inscritos os netos dos Sócios, estando, neste momento, inscritos 97 netos.

O seguro de saúde gere, hoje, mais de 18.380 membros, se considerarmos os membros do agregado familiar – 8.553 – e os sócios, que ultrapassam já os 9.800.



PRÉMIOS DOS MEMBROS DO AGREGADO FAMILIAR NO SEGURO DE SAÚDE

A taxa de sinistralidade corresponde ao rácio entre os custos com sinistros/indemnizações e os prémios brutos, na anuidade 2015, foi de **137%** e na anuidade de 2016 foi de **104%**. Esta redução foi obtida fundamentalmente á custa do aumento dos prémios, mas, **sem reduzir qualquer garantia**. Para podermos aumentar os benefícios do seguro de saúde temos que ter uma gestão equilibrada da apólice. É neste sentido que temos trabalhado e, apesar dos aumentos verificados o seguro de saúde STI/MÉDIS é ainda muito competitivo, como a seguir iremos demonstrar.

Se compararmos o Seguro de Saúde STI/MÉDIS com um Seguro de Saúde individual também efetuado na MÉDIS, constamos claramente o que antes afirmámos:

Coberturas	Seguro STI / MÉDIS		Seguro MÉDIS (Simulação)				
	Valor	Prémio Pessoa Segura / Mês	Valor	Prémio Pessoa Segura / Mês			
		Independente da idade		25 Anos	30 Anos	50 Anos	60 Anos
Hospitalização	32.500,00 €	13,00 €	15.000,00 €	28,08 €	47,19 €	48,73 €	72,51 €
Assistência Ambulatória	2.200,00 €		1.000,00 €				
Parto	1.500,00 €		1.500,00 €				
Medicamentos	150,00 €		Não Inclui				
Próteses e Ortóteses	300,00 €		Não Inclui				
Estomatologia	250,00 €		Não Inclui				

Destes dados podemos extrair algumas conclusões que nos ajudam a perceber que o Seguro de Saúde STI/MÉDIS é ainda e apesar do aumento verificado, muito competitivo:

1. O prémio dos membros do Agregado Familiar é fixo e independente da idade do segurado;
2. Na simulação efetuada no site da MÉDIS e apesar das garantias serem substancialmente inferiores às do Seguro do STI os prémios são substancialmente superiores e variam consoante a idade do segurado;

3. O prémio anual do cônjuge, por exemplo, no seguro de saúde do STI/MÉDIS é de 156.00€/ano, enquanto na simulação, para um cônjuge com 50 anos, o prémio é de 584.76€/ano, e no caso de um segurado com 60 anos o prémio anual é de 870,12 €, enquanto no seguro STI/MÉDIS o prémio continua a ser 156,00 €/ano.

ORÇAMENTO DO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL - 2017



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



DESCRIÇÃO	VERBAS ORÇAMENTADAS	EXECUÇÃO	%
RECEITAS			
Quotizações	735 537.75 €	777 350.85 €	106%
Seguro de Doença (Agregados Familiares)	1 030 158.93 €	1 216 942.71 €	118%
Outros rendimentos suplementares	3 000.00 €	0.00 €	0%
Juros e outros rendimentos similares	6 000.00 €	18 207.24 €	303%
Descontos do prémio do seguro	57 000.00 €	14 038.47 €	25%
TOTAL A	1 831 696.68 €	2 026 539.27 €	111%
DESPESAS			
Seguro de Doença :			
Sócios	606 920.95 €	575 656.98 €	95%
Agregados Familiares	1 030 158.93 €	1 216 942.71 €	118%
Seguro de Responsabilidade Civil	54 500.00 €	48 166.05 €	88%
Comparticipação na Doença	2 500.00 €	1 497.08 €	60%
Perdas de Vencimento	10 200.00 €	43 667.95 €	428%
Honorários Psicologa	0.00 €	4 140.00 €	
Gastos Financeiros/Encargos Bancários	12 000.00 €	13 543.95 €	113%
Cartões AMSFJ	38 400.00 €	28 947.00 €	75%
TOTAL B	1 754 679.88 €	1 932 561.72 €	110%
SALDO FINAL (A-B)	77 016.80 €	93 977.55 €	122%

(1) Este valor é um estorno ao prémio do Seguro de Saúde referente á mini anuidade (outubro a dezembro de 2015), pago já em 2016. Assim, contabilisticamente o valor foi abatido a prémios, pelo que o valor contabilizado de prémios é de 561,618,51, em vez de 575,656,98 €.

Relativamente á anuidade de 2016, o valor a reembolsar pela seguradora, a titulo de estorno, será de 30,000,00 €, valor de que será recebido já em 2017, sendo portanto também contabilizado em 2017.



TÃO FORTE QUANTO QUISERES

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

FUNDO DE GREVE

www.stimpostos.pt

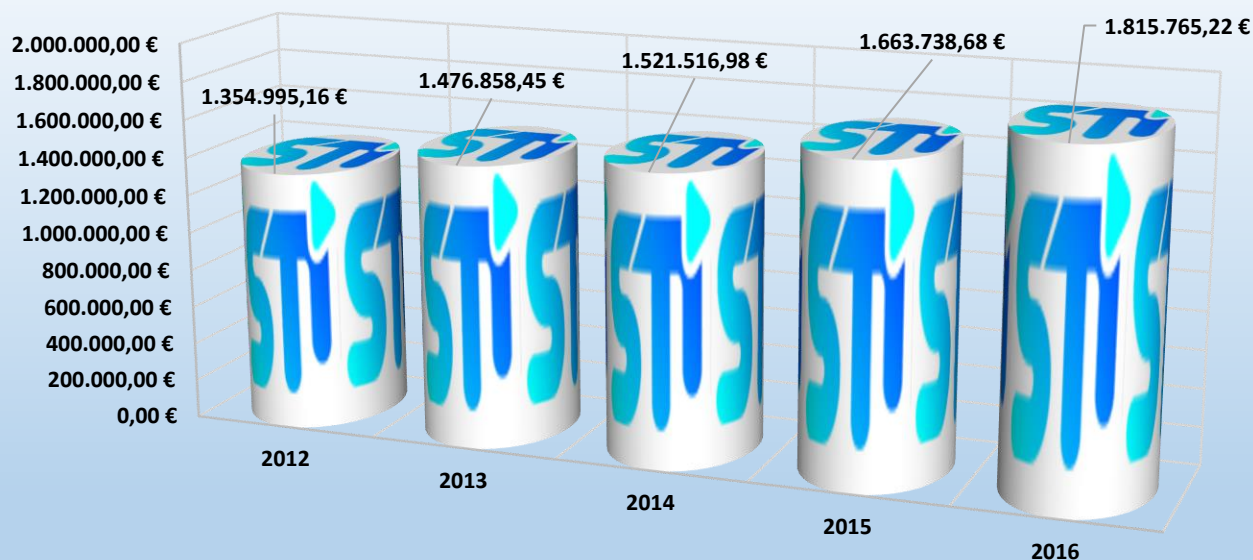
RELATÓRIO E CONTAS - 2016

FUNDO DE GREVE

A evolução da situação patrimonial do Fundo de Greve em 2016, é:

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.663.738,68 €
QUOTAS DE 2016 (5%), JUROS E SALDO DE GERÊNCIA	152.026,54 €
SALDO FINAL DE 2016	1.815.765,22 €

FUNDO DE GREVE – EVOLUÇÃO 2012 / 2016



DEPÓSITOS BANCÁRIOS

DESIGNAÇÃO	VALOR EM 31/12/2016
Banco Popular	204.705,67 €
Caixa Geral Depósito	728.000,00 €
Millennium BCP	474.466,11 €
Montepio Geral	405.300,00 €
Total	1.812.471,78 €

O Fundo de greve está assim praticamente consolidado em depósitos a prazo, com exceção do valor de 3.293,44€, e está na seguinte conta do balancete:

CONTA	DESIGNAÇÃO	VALOR
55.2.2.	Fundo de Greve	1.815.765,22 €
	Total	1.815.765,22 €

A diferença entre os depósitos a prazo (1.812.471,78€) e o valor do fundo da conta 55.2.2. (1.815.765,22€) é de 3.293,44, valor este que será incluído em depósito a prazo a constituir em conjunto com as quotas de 2017.



TÃO FORTE QUANTO QUISERES

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

MAPAS CONTABILISTICOS

www.stimpostos.pt

RELATÓRIO E CONTAS - 2016

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangíveis		1 264 542.66	1 280 067.83
Activos intangíveis			
Outros Activos financeiros		1 029.07	612.11
		1 265 571.73	1 280 679.94
Ativo corrente			
Activo Corrente			
Sócios Emprestimos FAS		244 732.73	230 095.36
Sócios Emprestims FSE		32 357.35	26 661.53
Seguro Grupo Vida/Reforma			
Direcções Regionais/Distritais		45 421.47	48 586.50
Estado e outros entes publicos		3 598.96	5 610.01
Apoio Juridico a Sócios		1 500.00	1 908.00
Outras contas a receber		21 422.58	11 775.12
Outros acrescimos de gastos		1 124.32	- 5 614.60
Sócios Ferias			
Outros - João Mata			11 531.25
Caixa e depósitos bancários		2 985 601.74	2 824 301.44
		3 335 759.15	3 154 854.61
		3 335 759.15	3 154 854.61
Total do ativo		4 601 330.88	4 435 534.55
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Próprio			
Reservas Legais/Estatutárias			
Fundo de Greve		1 815 765.22	1 663 738.68
Reservas p/Investimento		2 118 300.40	2 076 633.54
FAS - Reservas Legais		551 674.69	551 674.69
Resultados transitados			
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado liquido do período		80 297.49	69 444.77
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		4 566 037.80	4 361 491.68
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo Não Corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós emprego			
Passivos por impostos diferidos			

Continua...



BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

SINDICATO TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

Valores em EURO

Página 2

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Passivo Corrente			
Direcções Distritais/Regionais			
Seguro Grupo Vida/Reforma		3 746.20	153.05
Estado e outros entes publicos		17 062.28	22 423.90
Outras contas a pagar		14 484.60	57 080.52
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Caixa e Depósitos Bancários			
		35 293.08	79 657.47
Total do passivo		35 293.08	79 657.47
Total do capital próprio e do passivo		4 601 330.88	4 441 149.15



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

SINDICATO TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

Valores em EURO

Página 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Quotizações		3 212 798.86	2 777 754.88
Subsídios à exploração			
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendi			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(2 281 677.11)	(1 913 628.56)
Gastos com o pessoal		(447 662.85)	(433 578.29)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perd			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		31 675.87	32 137.99
Outros gastos e perdas		(402 842.86)	(377 885.35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		112 291.91	84 800.67
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(49 670.66)	(40 886.14)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/r			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		62 621.25	43 914.53
Juros e rendimentos similares Obtidos		20 701.36	31 140.25
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		83 322.61	75 054.78
Imposto sobre o rendimento do período		(3 025.12)	(5 610.01)
Resultado líquido do período		80 297.49	69 444.77



TÃO FORTE QUANTO QUISERES

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

INFORMAÇÃO LEGAL

www.stimpostos.pt

RELATÓRIO E CONTAS - 2016

INFORMAÇÃO LEGAL

Em 2016, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo DL. 36 A/2011, de 9 de março de 2011, nomeadamente tendo em conta o Código de Contas, aprovado pela Portaria nº 106/2011, de 14 de março e o Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de Março.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

- “Regime de acréscimo (periodização económica)”, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, independentemente do momento do recebimento ou do pagamento;
- “Consistência da apresentação”, das operações a partir dos livros e registos contabilísticos de acordo com a norma da NCRF – ESNL em harmonia com o sistema da normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, no entanto não houve necessidade de se efetuarem ajustamentos nos fundos patrimoniais;
- Relativamente aos “Ativos Fixos Tangíveis” a sua mensuração inicial baseou-se no método do custo. As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas fiscalmente (Decreto-Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro) que se considera representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no mês em que o bem entrou em funcionamento.



TÃO FORTE QUANTO QUISERES

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

www.stimpostos.pt

RELATÓRIO E CONTAS - 2016



SINDICATO DOS
TRABALHADORES
DOS IMPOSTOS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No uso das competências conferidas pelo art.º 26.º dos Estatutos do STI, reuniu-se o Conselho Fiscal (CF) em 8 de Março de 2017, para elaborar parecer sobre o Relatório e Contas que nos foram presentes pela Direção Nacional (DN) relativas ao período de 2016.

Com vista ao presente parecer verificamos periodicamente as contas do Sindicato, as quais compreendem a Gestão Corrente e o Fundo de Ação Social, bem como as contas das Direções Distritais e Regionais.

Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão do nosso parecer.

1. Das verificações efetuadas aos elementos de escrituração verificamos que:

- a) A contabilidade está organizada nos termos das disposições legais em vigor, nomeadamente o Regime da Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), sendo salvaguardadas as especificidades da atividade sindical;
- b) Os documentos de suporte aos registos contabilísticos estão devidamente arquivados e de fácil acesso;
- c) As contas prestadas pelas Direções Distritais e Regionais evidenciam satisfatoriamente as operações efetuadas;

2. Sobre o resultado contabilístico apresentado, duas reservas de carácter técnico:

- a) As DD de Bragança, Castelo Branco e Évora apresentaram as contas relativas ao 4º trimestre de 2016 fora do prazo, o que motivou que os respetivos gastos, dos valores de € 128,77, € 2.313,12 e € 253,15, respetivamente, não foram contabilizados atempadamente. Em consequência, não estão refletidos nas contas em análise os aludidos gastos, no montante total de € 2.694,04;
- b) O resultado está influenciado positivamente pelo rappel do seguro de saúde, recebido em 2016, mas respeitante ao período de 2015, no montante de € 14.038,47. Por outro lado, não está influenciado pelo rappel do seguro de saúde respeitante ao período de 2016, a receber em 2017, no montante de € 30.000,00. Assim, em cumprimento do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, ou do acréscimo, o resultado contabilístico apresentado devia relevar estes efeitos, que se quantificam em € 15.961,53.

3. No âmbito da sua função fiscalizadora, o CF apurou o seguinte:

a) Transferências entre rubricas orçamentais

Face à execução orçamental no final do 2.º trimestre de 2016, verificou-se que, quanto a algumas rubricas do Orçamento, haviam sido realizadas despesas que superavam largamente os valores orçamentados, a saber:

Rubricas	Orçamento	Execução	% execução
Imob. corpóreas - equipamentos	€ 2.000	€ 10.627	531%
Viatura Ford Fiesta	€ 0	€ 17.513	
Instalações (peq reparações)	€ 1.500	€ 32.070	2.138%
Encontro Nacional Sócios	€ 12.500	€ 61.279	490%

De referir que estão em causa despesas controláveis, isto é, que não acontecem por razões exógenas à atividade sindical, mas que resultam de decisões da DN.

Neste sentido, prevendo que a execução das referidas rubricas ultrapassasse largamente o valor orçamentado, ou não tendo existido cabimentação orçamental (caso da aquisição

da viatura Ford), deveria a DN, no cumprimento dos Estatutos, recorrer ao mecanismo da transferência de verbas, previsto na alínea q) do n.º 1 do art. 25.º dos Estatutos.

Uma vez que a grande parte das transferências de verbas superavam as 200 unidades de conta, deveria a DN ter solicitado ao CF autorização para tal, nos termos do n.º 4 do art. 26.º dos mesmos Estatutos.

Ignorando as regras estatutárias descritas, a DN não recorreu ao mecanismo das transferências de verbas dentro do limite da sua competência nem solicitou autorização ao CF para tal, ou seja, a DN incorreu em despesas que excederam desmesuradamente os limites para as quais estava mandatada, por via dos valores orçamentados aprovados em Conselho Geral.

Na prossecução da sua análise, e já no que respeita ao 3.º trimestre de 2016, o CF verificou que numa outra rubrica orçamental "IV Encontro Nacional de Sócios Aposentados", despesa também controlável pela DN, a execução excedeu a orçamentação em 196%:

Rubricas	Orçamento	Execução	% execução
IV Encontro Nac. Socios Aposent.	€ 7.500	€ 14.694	196%

Também neste ponto, a DN não recorreu ao mecanismo da transferência de verbas dentro do limite da sua competência nem solicitou autorização ao CF para tal.

b) Iniciativas de carácter social, cultural e recreativo, de âmbito nacional

Para além de incorrer naquelas despesas para as quais não estava mandatada, nem autorizada, a DN violou a regra regulamentar prevista no n.º 2 do art. 29.º do Regulamento Orçamental e de Contas (ROC) em vigor, inserida no seu capítulo IV, que tem por título "Atividades Sociais, Culturais e Recreativas", que dita:

"2 – As verbas destinadas às iniciativas de âmbito nacional não poderão exceder anualmente e no seu conjunto 3% das receitas de quotização afetas à Gestão Corrente para o ano de realização dos eventos."

De facto, os Encontros Nacionais de Sócios e Sócios Aposentados inserem-se nas iniciativas de carácter social, cultural e recreativo, de âmbito nacional, da competência exclusiva da DN, conforme determina o n.º 1 do art. 26.º do mesmo ROC:

"1 – As iniciativas de âmbito nacional, são da competência exclusiva da Direção Nacional que, por si própria ou com recurso à criação de comissão organizadora, definirá e/ou poderá apoiar a sua concretização, dentro dos limites orçamentais aprovados em cada ano."

E, enquanto os valores orçamentados e aprovados para 2016, no que respeita a estas iniciativas, se encontravam dentro do limite imposto pelo n.º 2 do art. 29.º do ROC, já os valores executados (até ao 3.º trimestre de 2016) excederam largamente esse limite, em clara violação do normativo em apreço.

Quantificando, temos:

Receitas de quotização afetas à Gestão Corrente (2016):	€ 1.153.005,12
Limite do n.º 2 do art. 29.º do ROC (3%):	€ 34.590,15
Valor orçamentado para estas iniciativas de âmbito social:	€ 20.000,00
Valor gasto (até set/2016) com iniciativas de âmbito social:	€ 75.774,75

c) "Despesas não orçamentadas"

No mapa da execução orçamental do 4º trimestre, parte integrante do Relatório e Contas relativos ao ano de 2016, as rubricas supra indicadas apresentavam os seguintes valores:

Rubricas	Orçamento	Execução	% execução
Imob. corpóreas - equipamentos	€ 2.000	€ 1.833	92%
Viatura Ford Fiesta			
Instalações (peq reparações)	€ 1.500	€ 1.156	77%
Encontro Nacional Sócios	€ 12.500	€ 62.667	501%
IV Encontro Nac. Socios Aposent.	€ 7.500	€ 16.402	219%

Na mesma execução orçamental, numa rubrica denominada "despesas não orçamentadas", cuja verba orçamental é de € 66.794, o valor da execução encerrou com € 92.829,55. A execução orçamental desta "rubrica" no 2.º trimestre de 2016 era de € 6.831,66 e no 3.º trimestre de 2016 de € 74.029,44.

De acordo com aquele Relatório esta rubrica "despesas não orçamentadas" compreendia as seguintes despesas:

Tomada de posse da Direção Nacional e Conselho Fiscal	€ 6.831,66
Aquisição de viatura	€ 18.752,00
Substituição do servidor	€ 6.948,45
Reformulação do site do STI e configuração para voto eletrónico	€ 16.394,85
Obras na sede (reconfiguração dos espaços)	€ 45.267,85

Verifica-se, assim, que grande parte das despesas de algumas das rubricas supra identificadas foram transferidas para a rubrica "despesas não orçamentadas", nomeadamente as despesas relacionadas com "Imob. corpóreas - equipamentos",

“Aquisição da viatura Ford” e “Instalações (peq reparações)”, permitindo que a percentagem de execução orçamental das mesmas rubricas apresentasse indicadores bem mais favoráveis.

Não se pode aceitar que um Orçamento, que se pretende rigoroso, contenha uma rubrica deste tipo (que mais não é do que um saldo orçamental), que acolha despesas indiscriminadamente, em jeito de “caldeirão”, de elevados montantes, de forma a camuflar excessos significativos na execução das respetivas rubricas.

d) Despesas no âmbito do n.º 2 do art.º 19º do ROC

Prevê este normativo que:

“nos casos em que no âmbito exclusivo da actividade sindical a DN convide outras pessoas para almoçar ou jantar, o limite acima referido (25% ajuda custo) não se aplica. Neste caso, a prova será feita mediante recibo donde conste a quantificação dos convidados e o fundamento da despesa”.

Esta norma, de carácter extraordinário, foi criada para situações especiais para evitar o constrangimento de um limite na referida despesa, sempre que se convidasse alguém de relevo para os interesses do STI.

Tem o presidente da DN usado e abusado deste normativo sem fazer a prova adequada. Em nosso entender, a mera indicação de que almoçou com um jornalista ou com um deputado, por ex.º, não constitui fundamento aceitável.

Durante o ano de 2016 foram contabilizados cerca de 120 documentos de gastos de refeições, com invocação da referida norma, totalizando mais de € 10.000,00.

e) Utilização de viatura própria por parte do presidente da DN

A partir do início de 2016 constatamos o regresso à utilização de viatura própria por parte do presidente da DN, de forma sistemática e com justificações pouco sustentáveis, do género: “deslocação de e para Lisboa, nas datas indicadas, por motivo de deslocação necessária em viatura própria”; “utilização de viatura própria por impossibilidade de conduzir, por doença”; “utilização de viatura por motivo de deslocação inadiável ao estrangeiro para tratar de assuntos particulares”.

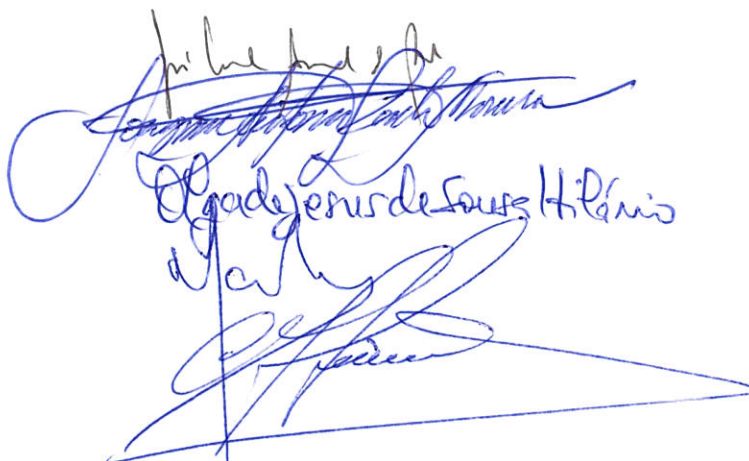
Esta prática originou custos para o STI num montante que ronda os € 6.200,00.

4. Parecer

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos resultantes das situações para as quais emitimos reserva técnica (ponto 2), as demonstrações financeiras evidenciam apropriadamente, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição e o desempenho financeiros do STI.

Porém, em face das irregularidades estatutárias e regulamentares descritas no ponto 3, quanto a nós de grave e expressiva magnitude, somos de parecer que o Relatório e Contas do período de 2016 não devem ser aprovados.

O Conselho Fiscal,



Alcides de Sousa H. P. Reis